

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 25-4-2018.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal e Paulo Brum. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Tarciso Flecha Negra, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte e três ao dia vinte e seis de abril do corrente. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 352, 354, 365, 366 e 373/17 e 006, 007, 025 e 036/18, todos discutidos por João Carlos Nedel e Reginaldo Pujol. Também, Sofia Cavedon pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Dr. Goulart, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Sofia Cavedon, Ricardo Gomes, Moisés Barboza, André Carús e Fernanda Melchionna. Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 048/17 (Processo nº 0590/17), considerando-se mantido o Veto Total oposto, por quatorze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Em continuidade, foram apregoadas Declarações de Voto de Mendes Ribeiro e Reginaldo Pujol ao Projeto de Lei do Legislativo nº 048/17. Também, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Fernanda Melchionna e Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/18 (Processo nº 0608/18), e foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Ainda, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Moisés Barboza, ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/18 (Processo nº 0575/18), e foi aprovado

Requerimento de autoria de João Carlos Nedel, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Após, foi apregoadado o Ofício nº 012/18, do Vice-Prefeito, encaminhando documentos destinados a instruir o Projeto de Lei do Executivo nº 001/18 (Processo nº 0575/18). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 001/18 (Processo nº 0575/18). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 001/18. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 001/18. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 004/18 (Processo nº 0608/18), após ser discutido por Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Dr. Thiago, Prof. Alex Fraga e Cassiá Carpes e encaminhado à votação por Sofia Cavedon e Cláudio Janta. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando que a Mensagem Retificativa nº 01 e as Emendas nºs 01, 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/18 fossem votadas conjuntamente, por vinte e sete votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Felipe Camozzato. Foram votadas conjuntamente e aprovadas a Mensagem Retificativa nº 01 e as Emendas nºs 01, 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 004/18, por vinte e sete votos SIM, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 004/18, por trinta votos SIM, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 039/18 (Processo nº 0446/18), após ser encaminhado à votação por Fernanda Melchionna, Reginaldo Pujol, Felipe Camozzato, Adeli Sell, Comandante Nádia, Sofia Cavedon, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Cláudio Janta, Prof. Alex Fraga e Cassio Trogildo. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, solicitando reatuação do Requerimento nº 039/18 (Processo nº 0446/18). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 052/18 (Processo nº 0637/18), por dezessete votos SIM e três votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Sofia

Cavedon, Ricardo Gomes, Fernanda Melchionna, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Marcelo Sgarbossa e Professor Wambert, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Felipe Camozzato, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 024/18 (Processo nº 0255/18). Durante a Sessão, Cassiá Carpes, Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Pablo de Lannoy Stürmer, Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal da Saúde, e de Maurício José Vianna, Cezar Valmir Copetti e Vania Martins Albrecht, vereadores de Bozano – RS. Às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por João Carlos Nedel, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na discussão de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Tarciso Flecha Negra solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 23 a 26 de abril de 2018.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 3121/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 352/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Nossa Senhora da Esperança o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil e Sessenta e Nove – Loteamento Mânica Lavoura –, localizado no Bairro Campo Novo.

PROC. Nº 3123/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 354/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Santa Teresa D'Ávila o logradouro público cadastrado conhecido como Rua C – Vila Hípica do Cristal –, localizado no Bairro Cristal.

PROC. Nº 3154/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 365/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Flor de Lótus o logradouro não cadastrado conhecido como Rua A – Altos da Agronomia –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 3155/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 366/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Fênix o logradouro não cadastrado conhecido como Rua B – Altos da Agronomia –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 3183/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 373/17, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que denomina Praça Benta Curuja o logradouro não cadastrado conhecido como Praça Quatro Mil, Novecentos e Cinco, localizado no Bairro Morro Santana.

PROC. Nº 0135/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 006/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Praça Túlio Macedo o logradouro público cadastrado conhecido como Praça Quatro Mil e Sessenta e Dois, localizado no Bairro Morro Santana.

PROC. Nº 0162/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 007/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Homero Ferrugem Martins o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Quatro Mil e Sessenta Um, localizado no Bairro Morro Santana.

PROC. Nº 0375/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 025/18, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua José Iuchno o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil e Noventa e Um, localizado no Bairro Hípica.

PROC. Nº 0493/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 036/18, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Antonio Carlos Gomes da Silva.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Prezada Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Vereadores, Vereadoras; em Pauta, vários projetos de minha autoria

denominando ruas de Porto Alegre. Tomei a decisão de também procurar as ruas mais afastadas, para as quais muita gente prefere não dar nomes. Então, estou nominando ruas lá no bairro Campo Novo, na Vila Hípica do Cristal, na Lomba do Pinheiro, no Altos da Agronomia, no Morro Santana e, também, no bairro Hípica. Eu fico muito feliz vendo que o Ver. Prof. Alex está denominando Praça Benta Coruja o logradouro não cadastrado conhecido como Praça 4.905, no Morro Santana. Fico muito satisfeito em ver que outros Vereadores estão se motivando para denominar essas ruas.

Ver.^a Mônica, estou encaminhando a denominação da Praça Túlio Macedo, que foi dirigente do Grêmio Porto Alegrense, grande líder comunitário e líder político da nossa Cidade. Entrei em contato com os familiares, eles ficaram muito sensibilizados, mas ele é uma pessoa que realmente merece uma homenagem.

Também estou denominando uma rua em nome de Homero Ferrugem Martins, que foi Vereador desta Casa e, pelo que me consta, foi secretário municipal, um homem culto, cristão e extremamente propositivo.

Também estou denominando uma rua, lá no bairro Hípica, de José Iuchno, que foi diretor da Courolândia e da Couro Esporte por muitos anos, foi um empreendedor da nossa Cidade.

Quero, também, cumprimentar o Ver. Alvoni Medina, que concede o Título de Cidadão ao Sr. Antonio Carlos Gomes da Silva. É extremamente importante ressaltar as pessoas que contribuem para o desenvolvimento da nossa Cidade. Meus cumprimentos, Ver. Alvoni Medina.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver.^a Mônica, presidindo os trabalhos; em sua homenagem, a primeira avaliação, a reflexão que faço é sobre as inúmeras leis que dão nomes às ruas e que vieram a plenário não sei por quê. Não teriam que passar nas Comissões?

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sim, é discussão de Pauta, não é votação. Obrigada. Mas a primeira reflexão que faço, Nedel, é se V. Exa., que é o nosso maior produtor nomes de ruas, está observando a Lei Municipal que estabelece um percentual de mulheres nominando ruas na cidade de Porto Alegre. Se não me engano, são 30%. Ver.^a Lourdes e Ver.^a Comandante Nádia, se estão com a lista, poderiam ver se tem alguma mulher designando nome de rua, porque tem uma legislação a ser respeitada na cidade de Porto Alegre, que, inclusive, está nas cartilhas. Gostaria de chamar atenção do Ver. Nedel para que cuidasse bastante disso, porque, infelizmente, as mulheres ainda não têm a possibilidade de ser freiras, de ser padres,

monges, cristãos, e a igreja católica o senhor homenageia bastante. Lembro que agora teve a primeira mulher nomeada bispa, na igreja anglicana, fiquei muito orgulhosa da nossa porto-alegrense inclusive. Mas V. Exa. ia referir o nome de rua homenageando uma mulher, eu gostaria de ouvi-lo.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Veja, minha ilustre colega, a Rua Nossa Senhora da Esperança – foi uma mulher; Rua Santa Teresa D’Ávila – uma santa da nossa igreja; Rua Flor de Lótus – só pode ser mulher, porque mulher é flor; e também a Praça Benta Coruja, que o Ver. Prof. Alex indicou. Já está mais que 30% sem dúvida. Mas meus cumprimentos, estamos sempre cuidando de denominar os logradouros com nomes de mulheres.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Vereador Nedel. Farei um pedido aqui da tribuna – o Ver. Nedel nos ajuda, quero reconhecer –, porque temos pouquíssimas ruas com nome de mulheres. Tem uma cantora, professora, Adriana Marques, que faleceu jovem. V. Exa. podia nos ajudar a homenageá-la, porque ela dedicou toda a sua vida à educação das crianças e à musicalização. Ela era da Rádio Esmeralda. Enfim, acho que as homenagens, através de nomes de ruas, devem nos lembrar de que temos compromisso com uma Cidade cuidada. As nossas ruas, a grande queixa da cidade de Porto Alegre, têm buracos, não há continuidade no trabalho, a Cidade está abandonada. Há, Ver. Nedel, não só nas ruas, um abandono. Eu estive hoje de manhã, Ver. Mauro Pinheiro, na sua região. Eu não sei se o senhor sabe que tem quatro escolas infantis que foram construídas parcialmente. Quatro! Eu fiquei pasma, porque eu sabia de uma, da Jardim Leopoldina, mas são quatro do Pró-Infância, Ver. Pujol, já nominadas, que a Secretária Cleci colocou em construção com recursos federais: duas na Mário Quintana, duas no Eixo Baltazar. As quatro estão abandonadas, as quatro! Que fenômeno é esse? Investimentos federais, escolas infantis... Crianças de quatro a seis anos sem vagas, na idade obrigatória, e estamos com escolas abandonadas denominadas, todas têm nome, como a Jardim Leopoldina, uma que vai receber toda essa comunidade da Nazaré, que vai sair do aeroporto... Começaram as obras, as moradias, a creche foi construída e deixaram demolir parte dela. Então, são quatro escolas infantis, assim como as ruas da nossa Cidade, abandonadas. Perda de recursos públicos, prejuízo para a Cidade, para os seus carros e para as famílias, que precisam de vagas para as crianças nas escolas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, eu queria salientar a presença hegemônica do Ver. Nedel nesta Pauta, na medida em que, das oito proposições regimentais que aqui se inserem, seis são de sua autoria. Não nos

surpreende, pois o Vereador é dinâmico, atuante, sempre ocupado em procurar identificar as ruas da Cidade, prestando um belo serviço a Porto Alegre e, especialmente, aos moradores dessas ruas ainda sem denominação, que são identificadas, com frequência, como ruas C ou D ou H, o que gera uma dificuldade enorme principalmente para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que já anda funcionando muito mal e que aí tem uma razão maior para funcionar pior ainda.

De qualquer sorte, Vereadora-Presidente, eu quero assinalar essas homenagens justas que o Ver. Nedel, o Ver. Alex e o Ver. Medina prestam, eternizando os nomes de determinadas figuras de Porto Alegre na colocação da identificação de determinadas ruas com os seus nomes. Eu quero assinalar com grande satisfação especialmente a proposta do Ver. Medina, que eu assinei em solidariedade, ainda que desnecessário, mas regimentalmente eficaz, de concessão do Título de Cidadão de Porto Alegre ao ilustre Parlamentar e dirigente de seu partido, Antonio Carlos Gomes da Silva. Uma homenagem adequada para um cidadão que não é porto-alegrense, mas que aqui reside há muito tempo e, em todas as suas atividades, tem se mostrado extremamente eficaz na ação que se propõe a desenvolver e que se confunde com o interesse da cidade de Porto Alegre, à medida que foi Parlamentar no Rio Grande do Sul, agora Parlamentar do Rio Grande do Sul na Câmara Federal. Por isso, Sra. Presidente, eu faço esse registro.

Também quero cumprimentar o Ver. João Carlos Nedel pela inclusão, no rol das homenagens que está prestando, de José Iuchno, que foi – como bem declarou ele na sua manifestação – empresário, dirigente do CDL e, sobretudo, homem muito desatacado na sociedade porto-alegrense.

Sra. Presidente, faço o registro desta 2ª Sessão de Pauta, que é a liberação objetiva desses projetos para que eles comecem a tramitar na Casa, sendo agora encaminhados para as Comissões dentro desse novo critério estabelecido no Regimento, e muito bem estabelecido, de que a designação e as homenagens prestadas com a efetivação de nomes de ruas não necessariamente precisem vir a plenário. Se forem acolhidos, como na maioria o são, pela totalidade das Comissões que vierem a examinar a matéria, esses serão automaticamente, aprovada a proposta, independentemente de manifestação do plenário, sancionados pela pessoa competente para fazê-lo, em regra, o Prefeito da Cidade e, ocasionalmente, o Presidente da Câmara. Era isso, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, quero dar umas palavrinhas sobre saúde. Há tempos não estávamos falando, e vou falar em nome da bancada do PTB – Vereadores Cassio Trogildo, Paulinho Motorista e Elizandro Sabino. Quando eu estava vendo a matéria, apareceu ali o Dia D. Fui me informar, e o Dia D é o dia em que ocorrerá um certo compromisso com a saúde para a

Operação Inverno. E me lembrei do tempo em que eu e o Dr. Gilberto, que era o Secretário do Collares, fizemos o Dia M na cidade de Porto Alegre, que depois se espalhou por todo o Rio Grande do Sul. O que era o Dia M? Era uma alusão ao Dia D, dia em que os aliados ocidentais desembarcaram na França. Na verdade, nós queríamos era fazer exames nas mulheres que nunca tinham feito exame de mama, que nunca tinham tido um médico que lhes fizesse exame de mama. Então começamos a fazer exames de mama em todas as mulheres num determinado dia, e ali surgiram pessoas que tinham suspeita, pela apalpação ou pelo autoexame que ela mesma tivesse feito, e precisavam fazer o exame de mama. Conseguimos centenas de mulheres que precisam fazer uma biópsia, aí o que aconteceu? Teve que parar o Dia M, porque não havia centros adequados para atender a todas as pacientes. A gente começou a criar um problema ao invés de uma solução. E continuamos a ter dificuldade de fazer exames em pacientes em que se suspeita que exista câncer de mama.

Eu estava conversando com a Comandante Nádia outro dia, estávamos nos preparando para fazer um dia de prevenção de câncer de colo aqui na Câmara, em que todas as funcionárias, incluindo as Vereadoras, poderiam ter à sua disposição o exame de colo de útero, para que fizessem prevenção de sua saúde. O colo de útero tem uma coisa muito interessante: se, por acaso, durante três anos, o exame para câncer de colo de útero é negativo – é uma coisa que pouco se fala –, tu podes dizer que dificilmente aquela comunidade vai ter câncer nos próximos três anos. Então, a gente passa a fazer de três em três anos o exame. Pode-se, caso se mantenha negativo, dizer: “Comunidade sem câncer de colo de útero”. Diferente de todos os outros cânceres, este daí nós sabemos quem é o causador, que é o HPV, um vírus, e sabemos que tem exame que detecta isso. Nós temos, então, a obrigação de passar para as comunidades que elas poderão não ter câncer de colo de útero se fizerem preventivo de acordo com esse programa. Para isso convidei a nossa querida Comandante Nádia, e vamos estipular um determinado momento para o preventivo de câncer das Vereadoras e das funcionárias da Câmara. Se, por acaso, a pessoa não quiser colher o preventivo aqui, nós vamos aceitar que ela traga o preventivo de fora. Mas vamos convidá-las, todas, para que façam o exame, e ficaremos felizes que tenha um dia para poder fazer o preventivo de câncer e salvar pessoas, dar exemplos para pessoas. Até o momento em que a gente conseguir fazer isso, um beijo para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Gostaria de registrar a presença Sr. Pablo de Lannoy Stürmer, nosso Secretário Adjunto da Saúde de Porto Alegre. Seja muito bem-vindo!

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste.
A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde; estou usando a Liderança do partido em nome do Ver. Marcelo, da Ver.^a Sofia e do Ver. Adeli, porque nós já usamos os encaminhamentos do projeto de lei no veto que ora se apresenta como o primeiro da Ordem do Dia. Portanto, eu utilizo o espaço de Liderança para poder fazer um último apelo aos colegas Vereadores para nós derrubarmos o veto do Prefeito com relação ao Campinho do Calixto, ali na região da Glória. Esse veto nós estávamos discutindo na segunda-feira e ele retorna hoje, porque não houve quórum. Portanto, hoje ele é o primeiro da Ordem do Dia. Nós sabemos, naquela região, próximo ao Hospital Divina Providência, o quanto é importante essa área. E o veto do Prefeito destoa totalmente da realidade, a qual nós estamos aqui defendendo. Na medida em que o Governo diz que a metragem dessa área verde não corresponde nem ao menos a um campo de futsal, e nós temos comprovado que ele tem mais que o triplo de uma cancha de futsal, isso mostra o tamanho do desconhecimento do Governo em relação ao parecer do veto. Se nós formos pelo argumento do veto de que essa área não comporta sequer uma cancha de futsal, ou de basquete, e a área comporta mais do que duas canchas, isso demonstra falta de conhecimento do Governo Municipal, me desculpem dizer, em relação ao que nós estamos propondo.

A outra questão é: área institucional ou área social? O parecer do nobre relator, Ver. Márcio Bins Ely, diz claramente: se hoje nós temos condições de gravá-la como área institucional é porque, no futuro, a comunidade poderá ali, além de uma cancha de esportes, instituir uma creche, ou uma escola ou algo de necessidade da comunidade. Nós não estamos falando nada grego aqui, pelo contrário. É para dar a segurança àquela comunidade de continuar com as atividades esportivas, culturais e sociais que acontecem durante todo o ano, evitando qualquer ocupação daquela área. É óbvio que, uma área dessas como área verde, qualquer morador ou qualquer cidadão que tentar ocupá-la, depois não se consegue mais tirar, até porque nós sabemos das áreas verdes ocupadas na Cidade. Neste caso, há um entendimento e um abaixo-assinado no projeto de lei, de mais de 200 famílias, pedindo para gravar como área institucional. Eu faço um apelo aos nobres Vereadores para nós não frustrarmos a comunidade, para que ela possa pleitear algo de instrumento público, por emendas parlamentares, por Orçamento Participativo ou com o próprio Governo. No momento, para assegurar o que a comunidade está querendo, é fazer o gravame dessa área como área institucional. Portanto, faço este apelo para que os colegas Vereadores nos acompanhem na derrubada do veto, agora, em seguida, na Ordem do Dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas Vereadores; ontem, no Brasil, terminou de vigorar a Medida Provisória da famigerada Reforma Trabalhista. Uma Reforma Trabalhista que o Governo Federal fez prometendo, quando a fez, aos milhões de trabalhadores que iria gerar emprego, que iria melhorar o mundo do trabalho. O que se vê é o aumento do desemprego, o que se vê é aumentar milhares e milhares de pessoas desempregadas; o que se vê são mulheres grávidas, mulheres amamentando podendo trabalhar em local insalubre; o que se vê agora são os direitos dos trabalhadores voltando a ser rasgados. A reforma que tem que ser feita não se viu ser feita, que é a reforma tributária. Hoje se pagam impostos absurdos neste País. Um trabalhador que ganha R\$ 1.900 já paga imposto de renda, uma pessoa que ganha R\$ 4.900 já paga 27% de imposto de renda. O preço do arroz, do açúcar e do feijão é igual para quem ganha um salário mínimo e para quem está envolvido na Lava Jato. Não se vê uma reforma política que acabe com o foro privilegiado. Toda semana, vemos a Polícia Federal visitando o Congresso Nacional, visitando o Senado, e lá continuam, porque estão protegidos pelo foro privilegiado.

E se vê, durante as campanhas que agora se aproximam, prometerem mundos e fundos, resolverem todos os problemas dos Estados e da União. Depois, quando lá chegam, não cumprem nada. Nenhum candidato a presidente na última eleição disse que ia fazer a Reforma Trabalhista. Nenhum disse que ia fazer! Simplesmente foram lá e fizeram! Na reforma política, não estão a honrar os compromissos assumidos durante a eleição. Sem falar na reforma da Previdência. Aqui mesmo, no nosso Município, o Prefeito está vindo entregar uma dezena de projetos, vários deles voltados ao funcionalismo do Município, como se o servidor público estadual, federal ou municipal fosse o culpado por todo o caos que nós temos na administração pública: falta de recursos para educação, falta de recursos para saúde, falta de recursos para infraestrutura. Se não fosse a má administração, se não fosse a má gestão e se não fosse o câncer que assola este País, que é a corrupção... Essa reforma a gente não vê! Ainda o que se viu ontem foi tirarem partes do processo da Lava Jato de Curitiba. O que se vê ainda é atacar, de forma absurda, quem tenta combater a corrupção neste País; atacar, de forma absurda, o direito dos trabalhadores, sejam eles privados ou públicos, achando que os trabalhadores públicos são os culpados pela má administração, achando que os trabalhadores privados são os culpados pela má gestão da Previdência, como se esses dois fatores fossem salvar as indústrias nacionais mal-administradas, mal-geridas, assim como o setor público.

É de lamentar que, próximo ao 1º de maio, ao Dia do Trabalhador que se aproxima, é na próxima terça-feira, a gente ainda veja políticas retrógradas, políticas que não geraram mais empregos, que não aumentaram a produtividade no Brasil, que não deram incentivo à indústria nacional, que não aumentaram a desindustrialização neste País, pelo contrário, somente privilegiaram o capital especulativo. Esse é o nosso protesto, Sra. Presidente, Pares desta Casa, que nós vimos fazer no dia de hoje. A culpa sempre recai sobre os trabalhadores, sejam eles da iniciativa privada, como se viu na Reforma Trabalhista, sejam trabalhadores públicos, com os Governos botando a culpa neles. Trabalhadores municipais de Porto Alegre fiquem atentos, porque está chegando

a esta Casa um grande número de projetos para tirar o direito de vocês, encabeçado pelo Prefeito de Porto Alegre. Um Prefeito que não gosta de pobre, não gosta da classe média e muito menos de servidor público. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos próximos da data de 1º de maio. Colega Ana Cláudia, professora, trabalhadora, militante, seja bem-vinda! Eu quero fazer uma fala no sentido de que este 1º de maio para nós vai ser muito diferente. Nós vamos ter uma grande procissão, uma grande manifestação em Curitiba pela libertação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Trabalhadores do Brasil todo já estão em ônibus, sairão no fim de semana, farão um ato em defesa dos trabalhadores em frente à prisão onde está o nosso Presidente Luiz Inácio. Farão porque nós entendemos que foi um golpe na democracia a deposição da Presidente Dilma sem crime que justifique, a prisão do Presidente sem trânsito em julgado. A prisão do Presidente, quando ficou escancarada a fraude dessa prisão, uma vez que o seu apartamento triplex... Primeiro: não deixaram os moradores, os lutadores pela moradia permanecerem lá, porque Lula disse que “se é meu, o povo pode ficar”. A Polícia Federal não entendeu isso, achou que não era dele, mandou o povo sair. Segundo: o apartamento finalmente foi filmado e não tem elevador e não tem o luxo da reforma de R\$ 1 milhão, que teria sido propina ao Presidente Lula, não tem nada. Aliás, as notas da tal reforma são localizadas em Curitiba. Um conjunto de mentiras que... Não dá para nominar a ousadia de quem tenta calar o povo brasileiro, de quem tenta impor um projeto que não foi votado por esse povo. Talvez o Lula assuste mais, porque disse que vai fazer um plebiscito revogatório das mudanças que foram feitas pelo golpista Temer. E uma delas é a Reforma Trabalhista. O Dia do Trabalhador é o dia de lutar pela proteção do trabalho. Essa reforma feita é uma reforma que desmontou a CLT. Eu falo para todos que vêm a esta tribuna e prezam a história de Getúlio Vargas, da CLT, do trabalhismo, dos nossos ilustres rio-grandenses, como o João Goulart, todos reverenciados pelo papel que fizeram na história. Pois essa maioria que depôs Dilma, esse golpe articulado entre a mídia, entre as elites empresariais deste País e essa maioria do Congresso representativa dessas elites empresariais, impôs ao Brasil um desmonte da CLT. E mais: apavorados com a situação de que o candidato campeão das pesquisas que anunciou, em todo o País, que fará a revogação desta Reforma Trabalhista poderia vir a ser presidente, ou poderá vir a ser presidente, prenderam o Presidente Lula. Eu quero dizer que o 1º de maio vai ser grande. Vai ser grande em Porto Alegre, vai ser grande em Curitiba, Ver. Cassiá...

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Em respeito a V. Exa., eu não vou falar dos últimos acontecimentos do seu partido. Já falei, brinquei com o Ricardo Gomes, que faz questão de vir aqui ler os presos do PT. Nós cobramos muito dele a coerência, porque nós entendemos que a Justiça tem que garantir a Constituição brasileira, que prevê a presunção de inocência, prevê que prisão é só depois de transitado em julgado. Esses que querem garantir a Reforma Trabalhista predatória do trabalho não temeram rasgar a Constituição, para garantir lucro dos patrões em cima da exploração do trabalho do povo brasileiro. Tentaram e não conseguiram, porque o povo se levantou, a reforma da previdência, mas o golpista Temer falou: “Vai depender do novo presidente da República”. E nós vamos dizer neste País inteiro que os golpistas, se eleitos forem, vão fazer a reforma da previdência e vão impedir que o povo pobre se aposente. Nós não vamos permitir, com luta social, que o Presidente Lula, que representa a vontade do povo nas urnas, continue preso.

Então o grande ato, Ver. Oliboni, de 1º de maio de 2018 será em defesa dos trabalhadores, das eleições livres, da democracia. Eu peço, encerrando, desculpas ao PSOL, porque eu pensei que estava em período do PT e fiz em nome da oposição. Com o devido respeito à bancada do PSOL, com as diferenças que temos, com a unidade que temos pela democracia, que seja um grande 1º de maio de luta.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; com toda a transparência, Ver.^a Sofia Cavedon, do PT, quero dizer que nós – a Ver.^a Mônica Leal, eu, o Ver. Nedel, o Ver. Cassiá – não sentimos nenhum compromisso com o Senador Ciro Nogueira, do PP, investigado e réu pela Lava Jato. De nossas bocas, V. Exa. jamais ouvirá “Ciro, guerreiro do povo brasileiro”, jamais verá os progressistas gaúchos fazendo vaquinha para pagar a multa que ele terá que pagar quando condenado for – e sabemos que condenado há de ser –; pelo contrário, nós nos unimos para pedir o afastamento do Senador Ciro Nogueira do comando do partido, por que não da sua cadeira no Senado. Queremos que seja, por fim, condenado e cumpra pena pelos crimes que tenha cometido. Muito diferente do que faz V. Exa. e do que faz a maioria da bancada do PT, que é incapaz de admitir e de condenar a sua Senadora, que é ré, a Senadora Gleisi Hoffmann. Nós queremos que Ciro Nogueira seja julgado e, se condenado, que cumpra pena junto com os demais Senadores criminosos que venham a cumprir pena: Aécio Neves, Gleisi Hoffmann. Convido V. Exa., em nome da coerência que V. Exa. pontuou nesta tribuna, a dizer de Gleisi Hoffmann a mesma coisa que nós, do PP, temos a coragem de dizer de Ciro Nogueira.

Nós não temos bandidos de estimação e não defenderemos a corrupção em qualquer partido. Se temos a coragem de apontar a corrupção no partido dos outros,

com muito mais vigor e com muito mais razão, acusaremos a corrupção quando ela acontecer no nosso partido, porque é isso que vai nos permitir manter a cabeça em pé para dizer que, neste 1º de maio, deveríamos lamentar o assalto aos trabalhadores brasileiros que aconteceu neste País, o assalto à Petrobras, de mais de R\$ 80 bilhões; o assalto à Caixa Econômica Federal, que, inclusive, vitimou o mandato da Presidente Dilma Rousseff; o assalto a todas as instituições e o disparo do desemprego no País decorrente da péssima política econômica que Dilma Rousseff implementou enquanto Presidente.

Tudo isso deveremos lamentar neste Dia do Trabalhador, 1º de maio. Com toda a coerência, dizemos que não defendemos corruptos, não temos corruptos de estimação. Não precisaremos fazer ato nenhum em Curitiba, ato nenhum para defender nenhum preso, não precisaremos. Primeiro, porque não defenderemos presos, mas entendemos que o PT o faça, afinal, grande parte do PT está presa em Curitiba, e é lá que precisa se reunir o partido. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente Mônica e todos os que nos acompanham; eu tinha me inscrito e, na realidade, fui contemplado pelo Vereador que me antecedeu na maior parte do que eu ia dizer, mas eu não posso deixar de registrar que a Ver.^a Sofia subiu a esta tribuna e fez a defesa de algo que, para mim, é indefensável. Eu entendo que foi, acho, por companheirismo partidário, mas eu preciso subir a esta tribuna e dizer para a Ver.^a Sofia que o Presidente Lula não vai colocar plebiscitos, porque ele estará preso, Ver.^a Sofia! Ele estará preso, como está, virão outras condenações, provas muito mais robustas. Eu quero dizer que ele não vai e por um motivo simples, e eu quero que isso fique registrado aqui: o governo de vocês já não respeitou os plebiscitos que ocorreram e que tiveram aprovação de mais de 60% da população no Brasil e, no Rio Grande do Sul, com mais de 80% de aprovação. O governo de vocês não respeitou o plebiscito que vocês mesmos fizeram! Quero deixar claro que a senhora não vai ter o prazer de desrespeitar a democracia deste País, porque o Lula continuará preso e não estará em outra condição do que essa. Eu repito o que eu digo desde a primeira vez que vim aqui. Eu lamento que as pessoas não tenham se dado conta de uma coisa simples: não me interessa de que partido é, não me interessa se ele é simpático, não me interessa se ele foi bom ou mau, se fez bons projetos ou não – lugar de corrupto é na cadeia! Seja Aécio, seja Cunha, seja Lula, seja quem for, tem que estar na cadeia, é simples! Temos que parar com essa história repetida de defender “porque o fulano é do meu partido, o fulano é legal, é bacana”. Não importa se as pessoas aqui se manifestarem a favor de corruptos, dizendo que eles são heróis do povo brasileiro. Repito o que eu disse nesta tribuna: Barrabás, Ver.^a Sofia, também foi defendido pelo

povo, estava no coração do povo, foi livre de ser crucificado. Por isso, Jesus Cristo foi crucificado. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; o debate político, até em função da questão nacional, é acalorado por razões diversas, mas é um debate que se faz necessário não só na Câmara de Porto Alegre, como, também, no âmbito das Assembleias Legislativas do Brasil e, principalmente, do Congresso Nacional. Nosso Líder de bancada, Ver. Mendes Ribeiro, eu vou destoar um pouco do debate que fica entre quem tem e quem não tem corrupto de estimação. Vamos todos admitir que nós temos que ter cidadãos de estimação. Nós temos que fazer com que as pessoas, que são representadas por este Parlamento, se enxerguem nestes mandatos e nas ações que são aqui desenvolvidas, sejam os projetos de lei, sejam as iniciativas que vêm do Poder Executivo, que são debatidas, aprovadas ou rejeitadas. Existe uma crise política, econômica, ética, que atinge o cenário nacional, todos somos sabedores e a acompanhamos no seu dia a dia. E não é de agora, ela vem desde o mensalão, e, de lá para cá, outros tantos sucessivos escândalos de corrupção no plano nacional acabaram se revelando. Mas nós temos uma necessidade, que é uma aliança pela superação das dificuldades da Cidade. Houve aqui, há algumas semanas, um primeiro movimento nesse sentido. Pode não ter sido o ideal. Na minha avaliação, um pouco em cima da hora, foi convocada uma reunião, mas há que se reconhecer que houve um movimento, e esse movimento partiu do Executivo, que convocou, convidou todas as bancadas, seja qual fosse o matiz que representam neste plenário. Amanhã, deve ser apresentado, também pelo Executivo, um conjunto de projetos a esta Casa. Eu quero deixar um alerta para que nós, Vereadores independentes, os que compõem a base do Governo e, também, os da oposição... Amanhã vem um novo pacote do Executivo, e já existem outros aqui, como, por exemplo, o pacote sobre o transporte público, o pacote dos projetos que têm relação com os servidores públicos municipais. Vêm, amanhã, até projetos importantes, como a emenda à Lei Orgânica, que propõe alterações na gestão do DMAE, vem um quarto pacote amanhã. Nós temos que decidir. Aí faço um apelo, Ver. Moisés: que a Liderança do Governo, a partir da apresentação do novo pacote, dialogue, para que nós possamos decidir qual dos pacotes votaremos primeiro, qual dos pacotes representa, efetivamente, de imediato ou não, solução para a crise que nós estamos vivendo. Não pode nós estarmos com a UBS Aparício Borges, pegando um exemplo bem pontual, com dois médicos indo embora, porque não tem sequer uma ronda da Guarda Municipal. Que bom que hoje foi divulgado que, desde ontem, a Guarda passou a atuar nesse local. Os servidores, os médicos e a comunidade estão se sentindo mais encorajados a prestar e a ter um atendimento público na área da saúde. Isso também tem reflexo nas opções que a base do Governo faz aqui, também

tem! Vou pegar um outro exemplo. Não se pode mais ficar no limbo: temos que derrubar, ou não, os benefícios com relação à tarifa do transporte coletivo. O fato é que o transporte continua precário em muitas situações. Na Restinga, por dia, quatro ou cinco veículos que fazem o transporte coletivo quebram no meio do caminho, e as pessoas que estão se deslocando para os seus locais de trabalho acabam ficando à mercê de uma baldeação; muitas até correm o risco de perder o emprego.

Se amanhã vem mais um pacote do Governo, faço, neste período de Liderança da nossa bancada, a do PMDB, um apelo: que o Governo decida por onde nós vamos começar as reformas estruturantes. Por onde? É pelo DMAE, pela gestão do saneamento? É sobre os projetos que têm relação com o serviço público municipal? É com essa novidade do pacote que chega amanhã? É pelo transporte? De nada adianta cobrar posição da Câmara sobre a aprovação de reformas estruturantes, se nós não tivermos clareza, enquanto Vereadores, e não tivermos, neste Parlamento, a condição de informar e manter atualizada a população sobre por onde começa a análise e as decisões das reformas estruturantes. O mantra da reforma estruturante já está presente nesta Casa. Uma parcela significativa da população já comprou a ideia de que é preciso reformar algumas coisas a partir de alguns projetos, mas nós precisamos saber por onde começar. De nada adianta nos acusar de que não será feito nada, ou de que nada é aprovado pela Câmara, se não há um caminho do princípio para que se promovam as mudanças na Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas, boa tarde ao SATED, aos estudantes do DAID, aos futuros Conselheiros do Conselho Municipal de Cultura, Marcelo Restori, Luciano, Silvana, todos os que estão presentes aqui conosco; eu me inscrevi em tempo de Liderança para falar sobre dois temas. O primeiro deles diz respeito aos artistas, que estão aqui conosco em função da votação do Requerimento nº 052/18, em defesa do registro profissional que está ameaçado pela Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 293, que tramita lá no Supremo Tribunal Federal.

Antes de entrar nesse assunto, eu queria dizer ao Ver. Ricardo Gomes que também tem vários políticos do PP condenados: o João Cláudio Genu, que segue sendo do PP, mesmo depois de condenado e preso pela Lava Jato, e vocês, até agora, não só não o expulsaram como seguem o chamando de companheiro; e o Pedro Corrêa, que também está condenado. Aliás, além dos condenados – nesse caso, estão os que já foram condenados –, nós temos, no Progressista, que mudou de nome para tentar tirar o desgaste da Lava Jato, a maior bancada investigada, por corrupção, do Congresso Nacional. Inclusive, um famoso aqui do Rio Grande do Sul, o José Otávio Germano, foi pego numa ligação telefônica falando sobre propina no Detran e só não foi condenado

porque a ligação era ilegal. Quer dizer, receber propina não é ilegal, mas a ligação telefônica é. Então, não vamos falar de seletividade, porque, no teu partido, a podridão está frouxa, muitos são investigados, e mesmo os condenados seguem lá felizes, lépidos e faceiros no Partido Progressista, que poderia ser chamado de partido da propina. Eu...

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Ótimo. Não é o que parece o partido, o Ciro Nogueira lá! Mas, enfim, agradeço o aparte.

Segundo, sobre a questão dos artistas, que poderia ser chamado como o tema da desregulamentação da profissão. Nós estamos vendo uma ofensiva neoliberal sobre a tentativa de tirada de direitos. Tramita, no Supremo, uma ADPF que, na verdade, vai fazer com que os artistas percam o seu registro profissional, fazendo com que eles enfraqueçam enquanto categoria que produz cultura, que produz arte, que vive ou busca viver dessa importante profissão e, mais do que isso, envolvendo a população em riscos, diante de profissionais que não sejam qualificados. Não significa ter uma graduação; significa ter cursos, ter intervenção, ter uma vida, ou ter uma graduação. Nós temos vários estudantes do DAID, o meu irmão foi estudante do DAID, agora está tentando a vida lá no Rio de Janeiro, e a gente sabe a dificuldade que é concluir o ensino superior, ainda mais com o desmonte da universidade pública e com o desmonte das artes. A categoria vem sendo atacada de todas as maneiras.

Nós temos, em Porto Alegre, o Fumproarte, que não abriu edital este ano e sequer pagou os editais feitos em 2015 e 2016. Nós temos o desmonte do Ministério da Cultura, nós temos o desmonte das políticas públicas de desenvolvimento da cultura, e o que é feito pelos próprios ativistas da cultura, muitas vezes, é criminalizado, como é agora o tema do Viaduto do Brooklyn. Nós estamos aqui também para defender a ocupação dos espaços públicos com cultura e com arte. Mas o que acontece? Tem um tema profissional aqui, e os artistas estão sendo atacados por várias maneiras.

Primeiro, com a mesma lógica que desregulamentou a profissão dos jornalistas; segundo, com a tentativa de precarizar as condições de trabalho de quem tem sido a vanguarda na luta por um país melhor, por um país que não aceite a subserviência dos interesses da casta política e da casta elitista; por um país que tenha desenvolvimento no teatro, na cultura, na dança, no circo, na literatura, em todas as formas de expressão. Independente das opiniões sobre o tema da corrupção, que nós falávamos mais cedo; independente das opiniões com relação ao pacote de maldades que o Marchezan vai apresentar amanhã, às 10h da manhã – eu quero fazer um alerta aos municipais, que têm assembleia geral de noite, para que estejam lá em peso –, para tentar retirar direitos da categoria; independente das posições com relação ao Governo Sartori, é fundamental que a Câmara aprove, por unanimidade, o apoio à profissão dos artistas. Este é o encaminhamento da bancada do PSOL à luta em defesa da cultura e da arte.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h15min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0590/17 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 048/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui como Área Especial de Interesse Institucional a área conhecida como Campinho do Calixto, localizada na altura da Estrada dos Batillanos, 666, Bairro Cascata, e determina que nela sejam instalados prioritariamente equipamentos urbanos públicos voltados ao lazer e à cultura.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela rejeição do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 20-04-18 (sexta-feira).

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLL nº 048/17, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos nesta tarde de quarta-feira, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras; eu venho encaminhar em nome da minha bancada, a bancada do PSOL, portanto falo também em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina, pela derrubada do veto do Prefeito a esse projeto de lei do Ver. Aldacir Oliboni.

Aqueles que conhecem a periferia da nossa Cidade, os diferentes bairros, aqueles que apresentam o maior índice de vulnerabilidade social, em que a população se encontra nas piores condições socioeconômicas, sabem que são justamente os bairros menos favorecidos com relação a alternativas de esporte, de lazer e de cultura. Vários

adensamentos urbanos em condições extremamente precárias não encontram sequer uma micropraça, para que as crianças possam brincar, pular. Esses tempos, fiquei pasmo com o relato de uma colega, professora da rede municipal, que trabalha num desses bairros periféricos da nossa Cidade, que foi acompanhar uma turma num passeio de estudos, foram visitar determinados locais de Porto Alegre. Esperando a condução que os levaria para casa, a professora levou os alunos até uma pracinha próxima. Eis que ela ficou surpresa quando um dos seus alunos relatou para ela que não sabia andar de balanço. Uma criança de dez anos de idade, em idade escolar, relatou, de peito aberto, não saber andar de balanço, porque a região onde mora não apresenta equipamentos públicos, não apresenta condições para que essa criança tenha uma infância como a maioria de nós considera uma infância sadia, uma infância lúdica, não é isso o que nós encontramos. Por isso, nessas ilhas, que podem ser consideradas tábuas de salvação, pequenas porções de terra encravadas no meio dessas regiões de alta vulnerabilidade social, é nossa responsabilidade preservar esses espaços e destiná-los a esses tipos de atividades – atividade de recreação, atividade de lazer, atividade de esporte e atividade de cultura. Porque, sem a manutenção dessas áreas, o que nós esperamos de sociabilização para essas crianças? Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o que restará a esses pequenos, às crianças dessa área, se não tiverem mais um equipamento nas proximidades das suas casas? Com o que elas irão brincar? Que tipo de divertimento sobrarão para elas? Talvez manusear armas de fogo? Objetos perfurocortantes? Não é esse o meu desejo, e não é essa a visão que eu tenho de uma infância plena, adequada e construtiva para bons cidadãos, para indivíduos que possam desempenhar suas atividades dentro da sociedade, tanto laborais como sociais, de forma sadia. Portanto, Ver. Aldacir, eu venho, em nome do meu partido, manifestar o nosso apreço pela sua iniciativa, e dizer que nós também somos parceiros dessa lógica de construção de alternativas para a nossa juventude, porque não adianta: se não dermos aos nossos pequenos as condições de se desenvolverem como seres humanos, como esperamos, nós estaremos jogando-os nos braços da criminalidade. Não é esse o futuro, acredito eu, que a maioria dos Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa entendem como um futuro bom para nossa Porto Alegre. Um grande abraço a todos, e esperamos poder derrubar este veto e fixar um pequeno espaço, uma pequena tábua de salvação para o futuro da nossa Cidade. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal o PLL nº 048/17, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 14 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Sra. Presidente, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Votei contrariamente ao projeto e pela manutenção do veto por entender que a matéria é inconstitucional, invadindo a área de atuação do

Poder Executivo. Também pedi uma melhor justificativa do Poder Executivo em relação aos projetos vetados e mais transparência”.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “O Veto ao PLL nº 048/17, que ‘institui como Área de Interesse Institucional a área conhecida como Campinho do Calixto, localizada na altura da Estrada dos Batillanos, nº 666, no Bairro Cascata, e determina que nela sejam instalados, prioritariamente, equipamentos urbanos públicos voltados ao lazer e à cultura’, de autoria do Vereador Aldacir Oliboni, não provoca nenhum tipo de entrave ou prejudicialidade à comunidade, uma vez que o espaço em pauta hoje é utilizado como área de lazer e práticas esportivas e não ofende a Lei Orgânica Municipal – LOM. A área, contemplada neste Veto, conhecida como Campinho do Calixto, hoje integra o Programa Em Cada Campo uma Escolinha, desenvolvido pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE), onde tem recebido ações públicas de incentivo”.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, eu só queria justificar o meu voto. Eu votei “não”, mas entendo que, como já fiz em outras quadras, em outros redutos, a Prefeitura deve dar mais amparo a essas aéreas e fortalecer essa parte esportiva. Não é o projeto que vai determinar ou obrigar a Prefeitura a fazer isso, é uma determinação da Secretaria de Esportes de praticar o esporte e dar condição às comunidades para praticarem o esporte. Então não é a área que vai definir o esporte. Portanto, foi mal interpretado aqui. Como disse o Ver. Mendes Ribeiro, se nós começarmos a agravar áreas aqui, a Prefeitura não vai fazer, mas se ela tiver a obrigação de incentivar a prática esportiva, ela pode fazer em qualquer reduto, não precisa ser regulamentado. Nesse sentido nós entendemos que, depois, pode ser procurada a Secretaria de Esportes e beneficiar aquela região na prática de esportes neste reduto. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, eu solicito que encaminhe a sua declaração de voto por escrito.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLE nº 004/18.

Em votação o Requerimento de autoria Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLE nº 004/18 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza, ao PLL nº 001/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 001/18 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Ofício nº 012/18 do Gabinete do Vice-Prefeito, que instrui o PLE nº 001/18.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0575/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/18, que autoriza a contratação por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde durante a Operação Inverno.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-04-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 001/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 001/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLE nº 001/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0608/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 004/18, que dispõe sobre a contabilização do serviço extraordinário realizado no “Dia D”.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Cassio Trogildo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01 e das Emendas nºs 01 e 02 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto, da Mensagem Retificativa nº 01 e das Emendas nºs 01 e 02.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emendas nºs 01 e 02;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 25-04-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 004/18. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós, efetivamente, não devemos usar a tribuna apenas para discordar, para contrapor a projetos. Em bom momento, ainda que tardiamente, mas a tempo de possível justiça, Ver. Prof. Alex Fraga, o Governo vai pagar o dia, ou dia e meio, daqueles que trabalharam na garantia da vacinação na última vez em que foi feita, e isso é importantíssimo.

Estou vindo aqui para dizer que o Governo deveria ter a mesma posição sobre pagamento de adicional de trabalho, horas extras, com outros setores – em momentos especiais, pelo menos. Como ficam os trabalhadores que durante quatro, cinco, seis dias ficaram na Feira do Peixe trabalhando de manhã, de tarde, adentrando a noite, no feriado de Sexta-Feira Santa? Como fica a situação dos servidores da extinta SMIC, hoje SMDE, que, nos tempos em que fui Secretário, em 2003 e 2004, eram 170 fiscais, hoje são apenas 53 fiscais – menos de um terço do tempo no qual eu fui Secretário. É impossível cumprir minimamente as atividades de fiscalização, porque nós, infelizmente, sabemos que Porto Alegre é uma das capitais da prática das ilicitudes de todos os tipos! Por exemplo, por que não se fiscaliza durante um período, efetivamente, a venda de telefones celulares? Em lojinhas mocoçadas do Centro de Porto Alegre no Camelódromo e na rua? Com a Brigada Militar, com o serviço de inteligência da Polícia Civil, nós estaríamos ajudando a população a não ter os seus telefones celulares roubados. E eu pergunto: qual a campanha educativa que existe nesta Cidade, para que as pessoas não adquiram telefone celular na rua? Porque tal como ladrão, ou pior do que o ladrão é o receptor, e também o que compra produto roubado não tem diferença, porque ele fomenta o roubo de celular. Esse papo de que o povo precisa, etc... O povo tem seu telefone celular roubado! Nós estamos numa época do consumo faz de conta. Eu compro um produto, porque dizem que é bacana, eu pago uma mixórdia porque eu tenho para pagar essa mixórdia, e, no dia seguinte, não funciona. E aí nós temos um Código de Defesa do Consumidor que é considerado um dos melhores do mundo. Nós temos, inclusive, um grande momento em Porto Alegre – eu critico muito a administração pública municipal –, porque tem um setor que eu louvo o tempo inteiro, Ver. Moisés, que é o Procon Porto Alegre. Na gestão da professora Sophia Vial, tem se demonstrado de uma capacidade “exemplaríssima”!

E acho mais, Presidente Mônica – quero aqui fazer um requerimento, depois o farei por escrito: quero falar com o pessoal do Governo, para que a gente convide para

uma quinta temática, Ver. Wambert, que é professor, a Professora Sophia, para falar do consumo e dos problemas que ela tem enfrentado, como, por exemplo, na semana passada, num posto de gasolina, foi uma barbaridade o que aconteceu na Cidade, envolvendo pessoas, inclusive, num final de semana. Portanto eu venho aqui para dizer: apoiamos integralmente o projeto e queremos que isso se espraie para outros segmentos da fiscalização. E já fiz o requerimento, Ver. Pujol, para convidar a Professora Sophia para vir em uma quinta-feira fazer um debate sobre o consumo e o direito das pessoas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 004/18.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, Ver.^a Mônica; os colegas Vereadores e Vereadoras e o público que nos acompanha nesta tarde e, em especial, os artistas que têm essa luta no sentido da aprovação da moção. Queria, até como militante e servidor da saúde, dizer que esses dois projetos do Governo dialogam com a necessidade da Cidade. São ações importantes que são repetidas em cada governo e, agora, o Secretário, mais uma vez, antecipa-se e pede urgência aos colegas Vereadores para que os aprovemos com uma certa urgência.

Olhando para o projeto de lei, a nossa bancada encaminhou duas emendas, na medida em que havia uma certa discrepância em relação ao pagamento deste dia de vacinação para o Programa Saúde da Família e para os estatutários que estão na unidade de saúde, em que havia pagamento era diferenciado. E a emenda apresentada e acolhida pelo relator, Ver. Moisés, ao qual nós agradecemos, equipara o mesmo valor, o mesmo percentual de 100%. Da mesma forma, baseado em anos anteriores, nesses dias especiais, não havia a garantia do vale-alimentação. Inclusive, houve uma certa indignação, no ano passado, levando muitos servidores a paralisar, recusando-se a fazer esse dia especial de vacinação, porque não tinham sequer a garantia do vale-alimentação. Agora, corrigido, garantido o direito, é algo louvável. E é uma demanda dos trabalhadores que agora está contemplada no projeto de lei, tanto este, quanto o Dia D, como a operação inverno, que, inclusive, chama centenas de trabalhadores, concursados ou não. A iniciativa dialoga contra o desemprego, com pessoas que fizeram concurso e que estão aguardando, muitos continuarão depois, e com a necessidade da Cidade num período em que vivemos o forte inverno aqui no sul. Obviamente que isso é salutar. Esperamos que esteja a contento dos trabalhadores, mas principalmente da população de Porto Alegre. Muito obrigado, nobre Vereadora.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 004/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Num determinado aspecto, Secretário Adjunto Pablo, quero saudar o projeto que estamos discutindo, porque ele normatiza uma questão bastante importante que sempre e via de regra é controversa, que é qual a contrapartida que o gestor público vai dar para seus servidores quando das campanhas de vacina. É importante que possamos deixar isso transparente, e nada mais correto do que fazer isso através de uma lei municipal. Muito melhor do que um decreto, uma portaria, um memorando, uma lei municipal que acabe fixando de forma transparente, translúcida, clara, qual vai ser a contrapartida que o gestor público municipal vai dar a esse dia trabalhado, que é dia de vacinação, e fazer uma analogia a outras situações que porventura venham dessa. Saúdo a iniciativa. Não poderia deixar de falar aqui, quando fala em saúde, e com a presença do Secretário Adjunto, duas situações que realmente me têm incomodado e me retirado o sono: a primeira se refere ao déficit de técnicos de enfermagem que o Município de Porto Alegre tem. Saúdo novamente a iniciativa da Secretaria de chamar 40 concursados agora no concurso nº 565, mas faço a advertência de que, no ano passado, se aposentaram e se exoneraram mais de 90, e que nós ainda, Ver. Cassiá, temos vagas a serem supridas de técnicos de enfermagem no Município de Porto Alegre. Esta Câmara foi extremamente ágil na transformação dos cargos de auxiliar de enfermagem em técnico de enfermagem há um ano. Fez essa transformação, e essa aprovação de lei, Ver. Cláudio Janta, em menos de uma semana, e o próprio Secretário, desta tribuna, reconheceu que aquele compromisso prestado desta tribuna que é sagrada não foi correspondido. Ainda estamos esperando o chamamento dos técnicos de enfermagem. Por quê? Porque há necessidade, porque há vagas e porque a cidade de Porto Alegre e a população precisam disso.

Nesses dois últimos minutos que me sobram, eu gostaria de dar um *briefing*, uma preliminar do meu Grande Expediente amanhã, que versará sobre a outra preocupação que eu tenho, que é o Hospital da Restinga. A preocupação que eu tenho, uma vez que eu olho o contrato e a contratualização de quatro anos atrás e olho a contratualização de agora, vejo que há quatro anos o Município entrava com R\$ 1,2 milhão, Ver. Alex, e, agora, o Município está se dispondo a entrar com R\$ 300 mil. Ou seja, o Município está retirando R\$ 900 mil da saúde por mês da Restinga, ao ano são retirados mais de R\$ 10 milhões da saúde da Restinga, região talvez mais carente neste aspecto na cidade de Porto Alegre. Então, eu não vou me alongar nisso. Eu, amanhã, vou fazer o meu Grande Expediente pautado na questão do Hospital da Restinga, vou fazer alguns encaminhamentos desta tribuna e já peço a parceira, o cuidado e a atenção da Secretaria Municipal de Saúde para que olhe com muito carinho essas questões para que a gente não deixe a população, uma das populações mais vulneráveis da Cidade, que é população da Restinga Extremo-Sul, com um déficit ainda maior no que se refere à questão saúde. Muito obrigado. Voltaremos, e encaminho a favor do projeto ora discutido.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir PLE nº 004/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu serei breve na minha discussão, eu subo à tribuna mais para parabenizar a Secretaria da Saúde por converter essa iniciativa em uma lei para o Município de Porto Alegre. Isso determina, ou pelo menos expressa, para a população e para esta Casa Legislativa, a importância que se dá para esse tipo de evento, que são as nossas campanhas de vacinação, tão necessárias para prevenir. Todos sabemos que iniciativas preventivas são muito mais baratas, muito menos onerosas do que o tratamento das enfermidades. Portanto, sempre que nós agimos aumentando os investimentos em prevenção, aliviemos os cofres públicos municipais do dispêndio de grandes montas que são usadas para os tratamentos e da ocupação de leitos nas unidades hospitalares.

Eu destaco também que projetos dessa iniciativa – do qual estou diretamente parabenizando o secretariado e sua equipe – denotam o conhecimento, mínimo que seja, da realidade em que se encontra a nossa Cidade. Infelizmente, iniciativas como essa não podem ser generalizadas para outras pastas. O que agora faz, transformando em projeto de lei, a Secretaria de Saúde, não tem comparativo algum na Secretaria de Educação. O Secretário de Educação não conhece a Cidade e todas as suas iniciativas atacam a qualidade de ensino, burocratizam ao invés de destravar o serviço público, mas eu acredito que sempre há esperança, a partir de gestores que percebem erros e tomam medidas para corrigi-los. Infelizmente, não é o que está acontecendo na minha área de atuação; na área de atuação do Ver. Aldacir Oliboni, percebo que há uma luz no fim do túnel, há boas iniciativas, há algum conhecimento de área e de caso para que cheguem propostas decentes nesta Casa Legislativa. Agora, Ver. Aldacir, lamentamos pela nossa Cidade, pois na área de educação nenhuma proposta do Secretário Adriano presta, são um horror, nos envergonham! Portanto, nas poucas iniciativas que este Governo tem e que são favoráveis, por mínimas que sejam, nós, que somos oposição, precisamos valorizar. É uma iniciativa modesta, bastante modesta, mas significativa e que demonstra que há alguém dentro deste Governo que tenta acertar. Lamentamos, pois outras pastas têm sido de colapso total para os serviços públicos, e isso nos envergonha, porque uma Cidade que já foi referência nacional em termos de educação está avançando a passos largos num retrocesso nunca antes visto na nossa Cidade.

Um grande abraço ao Secretário de Saúde desta Cidade, à sua equipe de trabalho. Parabéns pela iniciativa! Projetos de lei que fixam no escopo legal desta Cidade esse tipo de iniciativa são para o bem da nossa população. Grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 004/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Mônica Leal, comandando os trabalhos, Vice-Presidente desta Casa; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Na realidade, quero aqui complementar o que os colegas já estão dizendo. Eu não considero um benefício específico à saúde, mas considero que a saúde, sem dúvida, é a secretaria que mais se destaca neste Governo até o momento. Os projetos passam com tranquilidade, o secretário e o adjunto vêm seguidamente aqui. Queria aproveitar a oportunidade, acho que secretário obedece ao Prefeito, mas ele tem que estar galgado de um poder também, ele tem que ter iniciativa. O que está faltando, quem sabe a outros, é um pouco de iniciativa, iniciativa da secretaria. Aproveitando a oportunidade, já que anteriormente foi votado, praticamente por aclamação, as contratações temporárias, gostaria de dar uma sugestão a este Governo: que pudesse, às vezes, em outros órgãos, como a SMIC, órgãos importantes, fazer contratações emergenciais. Por exemplo, se discute agora o IPTU. Ora, será que não dá pra contratar temporariamente, Ver. João Bosco, para fazer uma avaliação na Cidade sobre aqueles imóveis que não tem habite-se, sobre aqueles imóveis que não estão legalizados na Prefeitura? Fazer um levantamento, com arquitetos, com engenheiros, por um prazo “x”, que pudesse alavancar e nos dar um conhecimento geral da Cidade? Porque nós sabemos que tem centenas, quem sabe milhares de imóveis que não estão registrados na Prefeitura, centenas ou milhares de imóveis que não tem habite-se, e isto é tarefa da Prefeitura. Não adianta querer cobrar IPTU depois se não tem esse levantamento “ah, muita gente não paga...”, porque tem gente que poderia estar pagando – é verdade –, se se fizesse esse levantamento através das secretarias. A SMIC tem 16 fiscais! É muito pouco para fiscalizar a Cidade. Poderia contratar emergencialmente. Por que a Saúde? Porque o Secretario da Saúde está tomando iniciativa e os outros não? Ou é uma prioridade do Governo? E tem que ser, legitimamente, a saúde. Mas a Cidade, em alguns aspectos, está abandonada, e a contratação emergencial poderia ser uma saída, por tempo determinado, podendo renovar, como aquele votamos anteriormente. Eu acho que é o caso de tomar uma iniciativa para tomar pé da realidade da Cidade. Sim, tem órgãos que foram sucateados, tem órgãos que foram, com o tempo, praticamente destruídos e, automaticamente, se não tem para contratar, permanentemente, através de concurso público, faça-se por contratação emergencial, o que daria, sem dúvida, uma noção já diferente da Cidade em relação a vários órgãos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLE nº 004/18. (Pausa.). A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vou ser muito breve, apenas acho que é importante explicar as duas emendas. São emendas que nós entendemos que deixam mais claro. A primeira remete à legislação do vale-alimentação, assim como já foi no projeto aprovado anteriormente, o da Operação Inverno. Recupera que o vale-

alimentação terá, nesse dia extraordinário, o mesmo tratamento já previsto na legislação dos municípios.

Quanto à segunda emenda, Ver. Janta, nos chamou atenção que o projeto originalmente previa que os funcionários que devem horas estariam excluídos da possibilidade de cumprimento com esses 50% no Dia D. Nós entendemos que, ao contrário, essa é uma oportunidade de pagar as horas, de o gestor poder contar com os funcionários, inclusive, aqueles que devem horas no banco. Essa emenda deixa aberto para todos os funcionários participarem desse dia.

Encaminho em nome da nossa bancada, e nos somamos aos elogios que fizeram o Ver. Alex e o Ver. Cassiá. Acho que o diálogo que a Secretaria de Saúde tem conosco é importantíssimo. Óbvio que a saúde ainda tem muitas questões a resolver, temos ainda desafios e gargalos importantíssimos. Hoje de manhã, eu estava na Mário Quintana, há reivindicação de construção de posto de saúde, tem áreas reservadas, assim como lá na Zona Norte, enfim, tem “n” questões que todos nós conhecemos. Mas é um diálogo produtivo, principalmente um diálogo que vem valorizar o servidor, porque um dos grandes conflitos que nós temos com o Prefeito Marchezan é quando a solução dele é dispensar servidor. Ele acha que o servidor tem que ser apenas constrangido pelo ponto, pela produtividade. Aqui tem uma aposta na colaboração, na valorização do servidor. Quando for assim, nós achamos que é o melhor caminho e votamos favoravelmente. Por isso a nossa bancada também elogia, nesses momentos, a Secretaria Municipal da Saúde e vota com emendas, contribuindo para aprimorar.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 004/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas Vereadores, me vi na obrigação de subir na tribuna na tarde de hoje para falar, em nome do meu partido, deste projeto que o Executivo manda para esta Casa, através da Secretaria da Saúde, assim como o outro projeto que nós aprovamos aqui. É um projeto de relevância para a população carente da cidade de Porto Alegre, e me leva a crer que, com este projeto, o Prefeito gosta de pobre. Mas, enfim, é um projeto que vai ajudar as pessoas mais humildes e pobres da cidade de Porto Alegre e, principalmente, os servidores. Esperamos que o governo sempre haja assim com as pessoas que estão lá na ponta na área da saúde, da segurança, da educação, valorizando o servidor público, uma vez que eles estão representando o Governo e a cidade de Porto Alegre. Porque nós aqui nesta Casa iremos passar, o governo irá passar; agora, a estrutura pública vai sempre continuar. A população de Porto Alegre sempre vai precisar desta Secretaria da Saúde, que é uma das mais importantes, assim como a Secretaria de Segurança do Município. Esses servidores têm que estar no dia da vacinação, no atendimento aos postos de saúde, até às 22h. E quero aproveitar já que o secretário adjunto está aqui para dizer que vai fazer um ano que nós não abrimos mais nenhum posto de saúde até às 22h, estamos no

aguardo, principalmente a população da zona norte de Porto Alegre, assim como também o povo do extremo-sul, que tem uma necessidade muito grande no atendimento até às 22h. Então, eu quero dizer que este projeto é muito importante, principalmente porque valoriza o servidor da área da saúde. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Trago ao conhecimento dos Vereadores a Mensagem Retificativa, de autoria do Sr. Vice-Prefeito, ao PLE nº 004/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Presidente, requero sejam votadas em bloco a Mensagem Retificativa e as Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 ao PLE nº 004/18. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o bloco composto pelas Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 e Mensagem Retificativa ao PLE nº 004/18. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 004/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 039/18 – (Proc. nº 0446/18 – Ver^a Fernanda Melchionna e Outros) – requer seja encaminhada “Moção de Protesto ao Ministério da Justiça, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Polícia Militar do Rio de Janeiro, Polícia Civil do Rio de Janeiro, Polícia Federal. Pelos Motivos que passam a expor: Diante do assassinato brutal da Vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Pedro Gomes, na noite do dia 14/03/2018, aparentemente numa execução, EXIGIMOS JUSTIÇA.”

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 039/18. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Quero agradecer a condução, Ver.^a Mônica Leal, porque tenho certeza de que os artistas, que esperam por uma nobre causa também, uma moção que trata da regulamentação da profissão, não se incomodam de esperar o encaminhamento de uma moção que exige investigação,

que é o caso da Marielle. Então, eu retirei o requerimento, porque vi que deu polêmica, sei que são parceiros de muitas causas.

Quero explicar, primeiro, por que uma moção de protesto. Nós estamos há 41 dias do assassinato da Ver.^a Marielle Franco, nossa colega e companheira no Rio de Janeiro. Estamos há 41 dias do assassinato do Anderson Gomes. Esta moção foi assinada por 12 Parlamentares: André Carús; Cassiá Carpes; Vereadores da Bancada do PTB, aqui está o Dr. Goulart, que inclusive me cedeu tempo na época; Vereadores do PRB; Ver. Marcelo Rocha, que estava em exercício; o Ver. Roberto estava no velório, no Rio Janeiro; outros Vereadores que no momento não estavam, mas que nos ligaram para prestar solidariedade. Quero agradecer ao Ver. Pujol, que tinha um projeto hoje, mas que, em função da pauta, cedeu para que pudéssemos discutir esta moção.

É uma moção de exigência, porque, na figura do Regimento – Ver. Janta, que subscreve, eu lhe agradeço –, existem três tipos de moção: de solidariedade, que não pode ser, porque até agora não se identificaram os responsáveis, quem matou e quem mandou matar; de repúdio, que também não pode ser, porque nós apostamos que as investigações podem chegar nos assassinos, então nós preferimos protocolar uma moção de exigência, uma moção de exigência para que haja uma investigação séria. Está interessado, sim, o Ministério da Justiça, porque o Rio de Janeiro passa por uma intervenção federal que, na nossa opinião – e da Marielle também, porque ela era defensora disso –, não resolverá os problemas da segurança; ao contrário, pode até piorar, mas quem é responsável agora pela segurança do Rio de Janeiro é o Ministério da Justiça. Nós estamos há quase dois meses do assassinato da Vereadora e não se tem notícia de quem a executou e de quem mandou executar, embora cada vez mais pareça um crime vinculado com as milícias que são verdadeiros tentáculos para militares que têm relação com o crime organizado no Estado do Rio de Janeiro, e que, ao mesmo tempo, foram objeto de uma CPI, em 2011, que identificou políticos, deputados, grupos criminosos envolvidos com as milícias e levou mais de 200 pessoas à prisão, e recomendações concretas para tirar o poder econômico das milícias. Acontece que as milícias cresceram no Rio de Janeiro, porque não levaram os encaminhamentos da CPI a cabo, como propôs o Marcelo Freixo, que foi homenageado por esta Câmara e que teve a presença de vários Parlamentares. E nós achamos, sim, que, evidentemente, cada vez mais se configura um claro crime vinculado com essas organizações criminosas extremamente perigosas e que podem, lamentavelmente, acender um sinal vermelho no que diz respeito à “mexicanização” do Brasil, à possibilidade de o crime organizado controlar cada vez mais a política no Brasil, como acontece na Colômbia, como acontece no México. E os assassinatos de defensores de direitos humanos, que foram mais de 60 no último período, também são a demonstração desta possibilidade. O assassinato da Vereadora Marielle Franco é muito grave, porque nós perdemos uma amiga e uma companheira da bancada ativista, uma militante ativista do PSOL, e é muito grave pelo que ela simbolizava: uma mulher negra, da periferia, lésbica, uma mulher defensora dos direitos dos trabalhadores. Mas a tentativa de calá-la é a tentativa de calar todos aqueles que denunciam estas mazelas, mas também a questão do crime organizado, da violência que impera na cidade do Rio de Janeiro e não só lá. E por isso

é fundamental que se investigue e se identifiquem os responsáveis para que sejam responsabilizados por este crime para que se faça justiça com relação a uma vida que foi perdida, mas também para que se evite este caminho perverso de “mexicanização” do Brasil.

Todas as vidas são importantes. Todos os que apresentarem moção de solidariedade à morte da soldada Caroline terão o apoio da bancada do PSOL, porque não aceitamos que tenhamos no Brasil a polícia que mais mata e a que mais morre. Inclusive, a Marielle defendia as famílias dos policiais, mas nós precisamos exigir a punição severa neste caso, e gostaríamos muito de que fosse votado pela unanimidade da Câmara de Vereadores. É o pedido da bancada do PSOL por justiça, por verdade, antes que seja tarde. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver.^a Mônica, preciso fazer o registro de que estamos aqui com o Presidente da Associação Menino Deus, o José Paulo Barros, que pede para convidar todos os Vereadores e Vereadoras para acompanhar o Dr. Cláudio Ari, da Promotoria de Justiça e Defesa da Ordem Urbanística do Ministério Público, que hoje, no final da tarde, visita o Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE. Esta causa foi levantada aqui pelo Mauro Pinheiro na tribuna. O Ver. Cassiá e a CECE já foram visitar. É uma causa muito importante que tem que ser assumida coletivamente. Muito obrigada.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Está feito o registro, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a própria Vereadora signatária do requerimento já na tribuna demonstrou que há uma dificuldade no enquadramento regimental do expediente que ela está requerendo. Se olharmos por um lado, não teremos a menor dificuldade de repetir o que fizemos no dia posterior ao acontecimento: solidariedade e cobrança no sentido de que este, como muitos outros crimes brasileiros, tenha que ser devidamente esclarecido para que não pareça dúvida e para que seja um marco contra a impunidade, especialmente quando as vítimas são mulheres ou homens com vida pública, independente da posição partidária que tenha. Não é porque nós, Democratas, temos um abismo ideológico com o PSOL, que nós vamos querer que os defensores da posição do Partido do Ver. Roberto Robaina possam ser impunemente assassinados, nem impedidos de exercer publicamente a sua posição ideológica, que, mesmo não sendo a nossa, é um direito que eles têm de realizá-lo.

Eu fico um pouco com temor, pois parece que estaríamos protestando contra o Ministério da Justiça, contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro, contra a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, contra a Polícia Militar, contra a

Polícia Civil e contra a Polícia Federal. Eu sei que não é isso que V. Exa. quer. Então, eu venho à tribuna para dizer que eu sou a favor dessa moção que busca fazer justiça, que busca identificar o criminoso ou os criminosos, que parece que já estão praticamente identificados – pelo menos dizem as notícias que nos chegam pela mídia nacional nos últimos dias, até mostrando uma reunião da família da Vereadora assassinada com as autoridades policiais e judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, Estado que vive uma calamidade total, onde a figura das milícias e as facções criminosas das mais diferentes raízes são absolutamente reconhecidas como infratoras, criminosamente contumazes contra a vida de cidadãos e cidadãs que com eles possam, eventualmente, divergir.

Então, deixo essa ressalva: não estou protestando contra o Ministério da Justiça, nem contra a Secretaria de Segurança Pública. Honestamente, acho que eles estão querendo identificar e punir esses criminosos, mas, para que não paire dúvida, Ver. Cassiá Carpes, venho à tribuna e estou dizendo, de maneira solidária: quero ver plenamente esclarecido. Não será um novo Celso Daniel que irá existir na vida política brasileira.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu me sinto bastante contemplado com a fala da Ver.^a Fernanda Melchionna, pela indignação e pela situação de ter um Parlamentar brasileiro brutalmente assassinado. Acho que esse é um crime grave, um atentado contra a liberdade de expressão, contra a democracia e contra tudo aquilo que nós acreditamos, nos ideias de liberdade e livre expressão do pensamento político. Então eu acho que, aqui nessa moção, a gente tem um problema, na verdade, de redação, porque a moção é uma moção de protesto, não existe regimentalmente uma moção de exigência, e me incomoda muito fazer uma moção de protesto ao Ministério da Justiça, à Polícia, à Secretaria de Segurança, ao Governo do Estado. Acho que aqui caberia muito mais uma moção de solidariedade às investigações do que propriamente uma moção de protesto. E uma vez que houvesse uma moção de solidariedade às investigações, aí, sim, e exigência de que sejam esclarecidos os crimes, teria totalmente o meu voto e minha defesa, assim como eu sempre faço questão de fazer nos demais casos. E até faço um *link* à moção de solidariedade aos artistas, ela está correta. Para os artistas a moção é de solidariedade e para este caso é uma moção de protesto. Isso gera um claro desconforto. Acho que não cabe à Câmara Municipal fazer uma moção de protesto às instituições que estão tratando do tema, mas, sim, de solidariedade à Marielle, ao seu motorista, a todos os familiares e também às instituições que precisam esclarecer esse crime brutal. Então, da forma como está, eu não me sinto à vontade de votar sim à moção de protesto,

mas já deixo aqui a sugestão, opção, para que façam uma modificação e a tornem uma moção de solidariedade e aí, sim, contará com meu apoio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Presidente, só levando em consideração a fala do Ver. Reginaldo Pujol e do Ver. Felipe Camozzato, nós propomos trocar o título de protesto para solidariedade às investigações, de forma que mantenha o caráter e a celeridade. Só para tirar essa polêmica da sala, até porque não era a ideia – a ideia é exigir justiça com mais celeridade. Então a gente aceita o encaminhamento e com todas as bancadas, obviamente, isso pode ser construído e feito na votação.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver.^a Fernanda Melchionna. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Cara Presidente, colegas, senhoras e senhores, essa situação do assassinato da Ver.^a Marielle e do motorista Anderson nos deixa por demais incomodados. Já se vão mais de 30 dias, e a gente vê a dificuldade das forças policiais do Rio de Janeiro, em especial, em solucionar esse crime. Havia câmeras de filmagem, praticamente, em todo o percurso, eu tentei observar, em todas as matérias da grande mídia, e ninguém falou de placas. Será que com as câmeras não se poderiam verificar, em nenhum lugar, as placas desses automóveis, tipo de automóvel, procedimentos que foram feitos? É evidente, está claríssimo que foi uma execução. O Pujol colocou, com as tintas necessárias, a questão do crime organizado no Rio de Janeiro, não só das questões das facções, mas também das milícias. Aqui, na segunda-feira, eu solicitei um minuto de silêncio para uma cidadã morta no final de semana no bairro Bom Jesus, morta por uma das facções em conflito naquela comunidade. Essa pessoa era uma trabalhadora, e as seis pessoas feridas eram trabalhadoras. Aqui, inclusive, quero falar especialmente para a assessoria da EPTC. Já fiz um pedido para que se coloquem alguns mecanismos que diminuam a velocidade em algumas daquelas ruas do bairro Bom Jesus, porque entram a toda a velocidade, começam a atirar para todos os lados e a população indefesa morre, assim como morreram a Marielle e o Anderson, brutalmente, assassinada. Fica evidente a força das facções, a força do crime organizado, a força das milícias que impõe comprar, por exemplo, o gás do sujeito, a “Net gato”, tudo é falcatura. É o estado paralelo, e nós aqui em Porto Alegre não podemos nos calar, porque as coisas estão começando a evoluir nessa linha a passos largos. Qual o controle que tem o Poder Público? Por isso aqui me confrontei com o colega, da gestão passada, sobre a questão de legalizar a segurança privada nas ruas. É o caminho para as milícias.

Claro que a entidade e o pessoal que estava aqui não têm nada a ver com isso, mas nós íamos dar cobertura a esse tipo de procedimento. Nós temos que valorizar

a Brigada Militar, nós temos que valorizar a Guarda Municipal, a Polícia Civil investigativa – é isso que tem que ser valorizado! Dar as condições objetivas, e não me canso de dizer aqui que empresários recolheram R\$ 14 milhões para dar equipamentos para a Brigada e para a Guarda. Nós temos que estar unidos, em uníssono, e achei um gesto grandioso das partes de chegar a um denominador comum sobre a redação. Gente, não é na redação que vamos nos separar, nós temos que agir sem disputa de beleza. Nós vamos tombar diante dessa situação dramática no Brasil do crime organizado, e falei antes do roubo de celulares. Você pode ser a próxima vítima. Você pode, não; você será a próxima vítima! Nós vimos recentemente aqui no TRF 4, e sei que tem uma discussão entre Desembargadores, de liberar carros que estavam atulhados de cigarros e outros produtos contrabandeados, carros de luxo, mas as coisas são trancadas lá e são presas, não são devolvidas. Agora, o cara tem dinheiro, vem aqui reivindicar o carrinho de luxo que estava atulhado de iPhone. Mas onde estamos? A Justiça tem que ser para todos. É por isso a minha indignação. É por isso, Presidenta Mônica, que estamos aqui para dizer: juntos – pode ser um jargão, Nádia –, mas juntos somos fortes. Não podemos nos dobrar dentro do crime organizado, das facções, das milícias. Juntos vamos derrotar o crime. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Boa tarde, Presidente, Ver.^a Mônica Leal; boa tarde colegas. O mês de março encerrou mais sangrento do que nunca. Mulheres, homens, crianças mortas pelos mesmos motivos tristes de sempre, todos injustificados e que atordoam qualquer opinião da sociedade brasileira que clama, cada vez mais, por segurança e paz. A menina Naiara, de Caxias do Sul, de apenas sete anos, foi estuprada e morta sem qualquer chance de defesa. Merecia por certo uma grafite em sua homenagem ou um programa de debate falando nessa tragédia. Diversos policiais militares foram mortos no Rio de Janeiro, neste ano, em pleno exercício do serviço de proteger e defender o povo carioca; deixaram famílias destroçadas, sem reação, atônitas com tamanha violência. Por certo, cada um desses militares merecia um documentário contando suas vidas, ou quem sabe até uma minissérie. A Soldado Caroline, da Polícia Militar de Santa Catarina, que desfrutava de suas férias junto ao marido, Sargento Marcos Paulo, em Natal, foi brutalmente assassinada em uma pizzaria, pois os criminosos descobriram que o casal era policial militar. Não foi uma execução aparente, foi sim uma execução covarde e odiosa: obrigados a ficarem de joelhos, foram alvejados na frente de todos com tiros no peito. Caroline morreu ali mesmo. Por certo, a família de Caroline mereceria uma ligação telefônica de V. Santidade, o Papa, ou quem sabe manifestações com palavras de ordem, cartazes, faixas, ou fechamento de avenidas com artistas famosos dando depoimentos e protestando junto ao povo. Mas isso não vai acontecer, porque ela não é

o tipo de personagem que tem destaque em roteiros manjados de telejornais, que, por vezes, parecem querer mais alienar do que incluir e informar verdadeiramente quem quer ver a notícia. O motorista do aplicativo Uber, Jairo Maciel, de 63 anos, foi morto a tiros na nuca, enquanto trabalhava para ganhar a vida honestamente. Deixou esposa, três filhas e quatro netos. Mereceria um *rap* em sua homenagem quem sabe, um programa de rádio falando sobre mortes de motoristas de táxis, ônibus e aplicativos. Assim, também lamento a perda do ser humano Marielle, mãe, Vereadora, filha, uma pessoa que amava e que certamente tinha seus ideais e assim como os demais que citei anteriormente, porém politizaram demais a sua morte. Hoje, a Ver.^a Fernanda Melchionna do PSOL apresenta um requerimento para moção de protesto ao Ministério da Justiça e outros, exigindo justiça pelo assassinato brutal da Ver.^a Marielle. E o que falaremos para as famílias enlutadas que perderam também, brutalmente, seus entes amados? O que diremos aos pais dos jovens mortos pelo tráfico, que até hoje esperam justiça? O que diremos aos filhos dos policiais militares mortos por estarem defendendo os direitos sociais, os direitos humanos e a democracia? Anderson Pedro Gomes seria mais um desconhecido morto se não estivesse dirigindo o carro de Marielle, ou alguém aqui acredita que esta Moção seria feita para ele? Resta-nos perguntar quanto vale a vida de uma pessoa; se for negra vale mais? Se for policial vale menos? Se for motorista de Uber, idoso, criança, político... A tragédia de Marielle está servindo de palanque aos partidos de esquerda que promovem agendas políticas sem pudor e sem ética, gente muito preocupada com empatia, mas que, por exemplo, deseja a morte do Deputado Bolsonaro e do Presidente Trump; gente chocada com a chuva de ovos com a qual o ex-Presidente Lula foi recebido nas cidades do Rio Grande do Sul, mas que comemorou quando João Doria foi atacado com ovos por militantes de esquerda; gente...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Presidente, por favor, não consigo me concentrar.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu lhe garanto o tempo. Por favor, pessoas que estão nas galerias, a Vereadora que está falando na tribuna precisa terminar sua manifestação. Agradeço a compreensão.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Gente que se manifesta pela morte de Marielle, mas não levantou um dedo para homenagear a Professora Heley de Abreu, que morreu salvando crianças de um incêndio criminoso em uma creche. As tantas outras vítimas não merecem justiça? Por que não merecem registro, por que calamos? Talvez porque não tenha sido dado valor ao povo como um todo. Ao longo do tempo, foram criados conflitos por questões de gênero, de cor de pele, de classe social, alimentados por uma ideologia que o País descobre agora ser desagregadora. Temos que legislar, senhores, para a coletividade, o individual sempre é malevolente. As centenas de pessoas que se manifestaram pela mulher negra, lésbica,

que defendia a liberação das drogas, que era a favor do desarmamento e das ditas vítimas da sociedade eram as mesmas que bradavam, no mesmo ato, em alto e bom som: “Não acabou, vai acabar; eu quero o fim da Polícia Militar”. Peço aos colegas que façam uma reflexão, para que não sejamos conduzidos pelo sensacionalismo. Veremos passeatas, aglomerações, séries especiais, debates, a ONU exigindo respostas por conta das mortes das recentes vítimas que consegui individualizar neste discurso e de tantas outras? Se a resposta for não, alguma coisa está errada, e nós temos o dever de arrumar. Ignoramos a morte daqueles que não nos são úteis politicamente e, de forma paradoxal, falamos em defender o povo e a sociedade desassistida, como se essa fosse um pedaço da população. Diante de tantas mortes absurdas e desumanas, a moção de protesto cumpriria um papel mais digno, mais humano ao repudiar todas as mortes e não uma específica. E esta moção de protesto é contra o Ministério da Justiça, contra a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, contra a Polícia Militar, e por isso tem o meu “não”.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Quero dizer que eu me senti extremamente incomodada, levantei-me e quero ser solidária com a juventude que está aqui, porque é muito duro ouvir uma fala, Ver.^a Comandante Nádia, de uma mulher que vem aqui dizer os absurdos que nós ouvimos. Primeiro, dizer que nós, que exigimos justiça, que nos espantamos, nos escandalizamos com o assassinato de Marielle, não nos importamos com policiais mortos, com jovens mortos... Muito pelo contrário! Muito pelo contrário. A senhora é responsável, o seu partido, pela segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul, e já nos ouviu muitas vezes, quando subimos aqui, dizer do absurdo de assassinatos de jovens na periferia, do absurdo do desmonte dos Territórios da Paz que o seu governo fez em Porto Alegre, do absurdo que é a nossa política de combate às drogas, pois é uma política errada, isso é dito por especialistas. Lamentavelmente não estou com a matéria do jornal Folha de São Paulo, mas todos os especialistas, Fernando Henrique Cardoso, de todos os partidos, dizem que é equivocado esse modelo de combate às drogas, que esse modelo causa mais mortes e mais assassinatos. Dizem que, quando o único sentido da segurança pública é esse, só incita à guerra mais ainda, à morte, à prisão de jovens inocentes, de mulheres, que são vítimas do tráfico de drogas.

Nós temos cobrado a responsabilidade por cada vida perdida! Quem politiza é quem acha que se dá dimensão diferente para mortes de mesma natureza. A senhora estava aqui politizando. O PSOL, quando reivindica a vida de Marielle e políticas públicas de segurança, está reivindicando a vida de todos os jovens, homens e mulheres vítimas da violência. A senhora dizer que é a ideologia que causa violência, a ideologia que defende que negros e negras tenham voz, que tenham cotas, que tenham o respeito e

que o preconceito seja erradicado desta terra...! Não é uma ideologia que causa violência, é uma ideologia que constrói paz! A ideologia que defende que meninos e meninas possam ser lésbicas, *gays*, namorar quem quiser é uma ideologia que constrói paz, e não violência. Paz! Este País é campeão do assassinato de travestis, de mulheres e homens só porque são lésbicas ou *gays*. A violência contra quem tem opção sexual diferente da normalidade é uma violência que resulta de um país autoritário, de um país preconceituoso, de um país normalizador. Quem defende a liberdade de expressão, de amor, de família, de organização social defende a paz, defende a tolerância, defende a pluralidade.

Às vezes eu fico pensando que, quando alguns vêm aqui dizer que nós colhemos o que plantamos, deve ser isto, deve ser medo, medo do empoderamento da mulher, que sempre foi submetida; medo do empoderamento da mulher negra, Marielle, uma mulher negra que, corajosamente, denunciava a violência que ceifa vidas, denunciava o estupro, denunciava o assédio sexual, denunciava a morte, o aliciamento da juventude, das mulheres através da violência. Quem diz que nós colhemos o que plantamos deve ter medo do empoderamento popular. Quem vem aqui e justifica relho, ovos, armas deve ter medo do poder popular, deve ter medo da democracia. Quem se incomoda que jovens virem de costas e baixinho reivindiquem Marielle tem medo da voz da juventude.

Eu não tenho medo dessas vozes, eu tenho medo de um país calado, eu tenho medo de mulheres oprimidas, violentadas, eu tenho medo de um povo negro discriminado, marginalizado, que não pode ter acesso aos melhores postos, porque o preconceito ainda determina o lugar das pessoas neste País. Nós somos solidários, somos indignados, Ver.^a Fernanda, Prof. Alex, Robaina, com essa morte. Muito indignados! Se uma Parlamentar, uma pessoa pública não tem a sua morte elucidada, quantos milhares de pessoas não têm elucidada a sua morte, cobrados seus responsáveis e feita a justiça? Por isso queremos votar, todos nós, por esta moção, exigindo a elucidação desse crime, porque ele é um dos crimes não elucidados que representa todos os outros crimes e todo o equívoco em segurança pública, seja dos gestores, seja eventualmente das polícias, seja eventualmente...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereadora, seu tempo está esgotado.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Marielle vive agora e sempre!
(Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas Vereadores; nós vamos encaminhar nosso voto favorável a esta moção. Esse crime horrendo, vergonhoso, esse sangue derramado, ele não pode ficar impune. É um sangue que clama aos céus. Ninguém sabe a natureza desse crime ainda. Está sendo investigado, não sabemos quem matou, por que matou. O que importa é que era um parlamentar. E um parlamentar, desde a Roma clássica, é revestido de uma sacralidade, porque ele representa um grupo de pessoas; e não só esse grupo, no nosso sistema, não importando o lado em que esteja, ele representa toda a população, ele representa o povo. Não importa se ele é de esquerda, de direita, de centro, se ele está de cabeça para baixo, ou para cima, o que importa é que ele representa o povo. Nós, 36 Vereadores, que estamos aqui, não representamos só os nossos eleitores, ou aqueles votos que nós tivemos; nós representamos toda a população de Porto Alegre. É assim o nosso sistema representativo. Então, quando se derrama o sangue de um parlamentar por ele ser parlamentar – disto eu tenho convicção: a Marielle foi morta por ser parlamentar –, é muito grave, é um tiro contra a democracia, contra a liberdade de expressão, as liberdades individuais.

Por isso eu quero me solidarizar à bancada do PSOL e a esse discurso extraordinário que a Ver.^a Sofia Cavedon fez aqui, defendendo as liberdades individuais e condenando uma sociedade intolerante que massacra os homossexuais. Eu só senti falta de a Vereadora não ter citado Cuba, onde há um dos regimes que mais assassinou homossexuais na história da América Latina. Um outro exemplo foi Che Guevara, um carnicero, um matador de *gays*. Ele colocava os homossexuais em campos de concentração! Foi feito um filme sobre a vida de Reinaldo Arenas, um *gay* que sofreu, Ver. Robaina, o pão que o diabo amassou no regime cubano. Não conseguia sequer fugir do regime cubano. Morreu de HIV, em Nova Iorque – finalmente, no final da vida dele, conseguiu ir para lá –, mas, antes disso, sofreu o pão que o diabo amassou nas mãos desse regime cruel, sanguinário, carnicero, aliás – farei aqui um pleonasma –, como todos os regimes marxistas da história da humanidade. Não teve um que distribuísse flores, senão fuzis, mortes, assassinatos e regasse com sangue de inocentes.

Então, eu quero aqui, também, homenagear todos os homossexuais e todos os *gays* que foram massacrados, assassinados e torturados pela tirania do Sr. Fidel Castro e por todas as tiranias marxistas – outro pleonasma – que se instalaram na história da humanidade. Depois de Hitler, ninguém matou mais homossexuais do que o comunismo, ninguém mais perseguiu os *gays* do que o comunismo; ninguém mais derramou sangue de *gays* do que o marxismo. Então, eu faço aqui a minha homenagem a todas as vítimas que não tiveram as suas liberdades, as suas escolhas e as suas orientações, que são absolutamente privadas, respeitadas pelo Estado e perseguidas por aqueles intolerantes que sequer aceitam ouvir opinião contrária e respondem à opinião contrária com um tiro de fuzil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, depois do que V. Exa. falou, Ver. Professor Wambert, talvez eu nem tivesse o que dizer aqui. Quero acrescentar algumas coisas, e V. Exa. não faltou com a verdade ao denunciar a perseguição aos homossexuais que houve no regime de Fidel Castro/Che Guevara, que, sabidamente, de próprio punho, executou homossexuais.

Quero dizer que não concordo com as ideias da Ver.^a Marielle; quero dizer que entendo que as ideias que ela pregava – não a conheci em vida – não levam, não levaram e jamais levarão uma sociedade a ser uma sociedade livre e plural. Jamais. Produziriam as suas ideias o contrário disso. Quero dizer que não me lembro de outro crime ter ocupado tanto espaço na mídia, no Brasil. Não me lembro de outro. Quero dizer, e a Ver.^a Sofia dá um exemplo disto aqui, que há uma parcela da esquerda – uma parcela da esquerda – que ideologiza esse homicídio e que se vale desse homicídio para fazer proselitismo das pautas que a Vereadora defendia.

Quero dizer também que fosse a moção de repúdio como foi proposta nós seríamos profundamente contrários, porque há, neste País, 60 mil mortos por ano, e não encontram culpado em 92% desses homicídios – 92% desses homicídios. Durante anos, a esquerda disse que o crime era culpa da sociedade, que os criminosos eram vítimas da sociedade. Não compactuo com essa visão. Os criminosos são eles mesmos, os autores dos seus malfeitos. Sim, essas ideias produziram, produzem e querem produzir distanciamento e ruptura no tecido social. São sempre ideias de contraposição. Não compactuo com isso. As ideias dessa Vereadora, que foi vítima de um crime cruel, produzem um tipo de sociedade onde os crimes políticos são mais frequentes. Onde foram implementados esses ideais é onde mais foram vistos crimes políticos. Portanto não compactuo e não aceito o uso político que parcela da esquerda quer fazer desse crime bárbaro.

Dito isso, tendo sido transformada a moção em moção de solidariedade às investigações e à família, eu quero, sim, dizer que me solidarizo com a família, quero que essas investigações cheguem ao fim e que os culpados sejam presos, condenados dentro do devido processo legal e cumpram a pena que lhes couber – isso queremos. Vou tomar a palavra da Ver.^a Fernanda de que votaria a favor da moção – Ver.^a Comandante Nádia, eu já a convido para que apresentemos – de solidariedade também à família e à investigação dos casos de brigadianos mortos na defesa dos nossos direitos, o que haveremos de apresentar. Por isso, mesmo discordando, jamais defenderia um homicídio pela razão que fosse, jamais defenderia fosse um crime comum e jamais defenderia fosse um crime político. Portanto, mesmo que discorde profundamente do seu posicionamento, votaremos a favor da moção de solidariedade à família e de solidariedade no sentido de que as investigações cheguem ao final, encontrem um culpado e o levem à Justiça. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas Vereadores, eu acho que cabe a nós, todas as vezes que vemos alguém ser tombado pela guerra urbana que vivemos, protocolar nesta Casa uma moção de solidariedade e apoio. Quando vemos algo que é injusto, com que não concordamos, devemos protocolar uma moção de solidariedade e apoio. Eu fiz isso quando o presidente do meu partido foi acusado injustamente, e esta Casa aprovou uma moção de solidariedade ao presidente do meu partido.

Agora, nós justificarmos centenas de outros crimes para justificar a não aprovação da moção de solidariedade ao ataque do Parlamento brasileiro... Quando matam uma Vereadora no Rio de Janeiro ou em qualquer outra cidade estão atacando o Parlamento brasileiro, estão atacando todas as Câmaras de Vereadores, estão atacando o Vereador que pensa A ou que pensa B, o Vereador que pensa azul, ou o Vereador que pensa amarelo, estão atacando o direito das pessoas de pensar. Estão atacando o direito das pessoas de denunciarem, de vir aqui denunciar as mortes de brigadianos, de vir aqui e denunciar as mortes de trabalhadores, de vir aqui e denunciar o crime contra o patrimônio público. Essa é uma forma muito antiga de intimidar o Parlamento, essa é uma forma muito antiga de intimidar as pessoas através da violência. Só quem nasceu e viveu em comunidades pobres sabe que é assim que funciona, seja o nome que tiver: milícia, narcotráfico, gangue, quadrilha, é o poder de quem tem o poder quando o Estado falha.

O Estado está falindo no Rio de Janeiro, no ano passado foram mais de 100 policiais mortos. Eu não vi nenhuma moção de solidariedade nesta Casa. Nós votaremos favoravelmente a todas às moções de solidariedade quando um trabalhador da segurança for tombado nos defendendo; quando um trabalhador da construção civil for tombado; quando um comerciário for tombado; quando um rodoviário for tombado. Agora atingiram um Parlamento, uma Vereadora com mais de 40 mil votos. É como se atingissem qualquer um de nós aqui, por credo, por atividade social.

Eu acho que nós temos que exigir os culpados. É o samba do crioulo doido, uma hora foi um, uma hora foi outro, e já se passam quase dois meses. Será mais um crime que talvez a gente assista em um programa de televisão, simulando como ocorreu, tipo: “Se você tiver alguma dica, ligue para o número tal e diga quem foi”. É inadmissível que uma câmera não tenha registrado, como já disseram aqui, que não tenham visto uma placa, ou que ninguém tenha ouvido alguém num bar comentando o que ia fazer ou o que fez.

Então, nós exigimos, sim, que isso seja esclarecido porque está atingindo o Parlamento, está atingindo a vontade do povo, está atingindo 40 mil votos de comunidades pobres e carentes do Rio de Janeiro que quiseram ter um representante no Parlamento. E nós temos que respeitar essa decisão do povo, assim como temos que respeitar a decisão do povo aqui de Porto Alegre, que colocou os 36 aqui dentro. Se

alguma coisa tentar atingir este Parlamento, nós vamos estar aqui defendendo este Parlamento. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Venho à tribuna encaminhar a nossa Moção, agora, de Solidariedade à família da Vereadora assassinada, Marielle Franco, e do Anderson, seu motorista, lá no Rio de Janeiro. Peço aos Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa que votem favoravelmente. Entristece-me muito a fala de algumas pessoas que minimizam – fazem muita força para isso – a importância de uma representação popular dentro de uma Casa Legislativa, em que as representações populares, literalmente falando, oriundas, nascidas, crescidas e criadas na periferia... A possibilidade de uma das nossas crianças dos subúrbios chegue a ter voz e vez dentro da Casa Legislativa, que é dita a Casa do Povo, é uma raridade.

Eu valorizo muito a fala do Ver. Cláudio Janta, que me antecedeu, eu estava pesando numa linha semelhante de argumentação, Vereador: não foi uma voz calada no Rio Janeiro; foram 40 mil vozes, uma votação maior que qualquer um de nós Vereadores aqui atingiu no último pleito. Não é pouca coisa. Quarenta mil vozes tentaram ser caladas com disparo de arma de fogo. Nós, do Partido Socialismo e Liberdade, não minimizamos e não desvalorizamos o trabalho dos nossos servidores da área da segurança; pelo contrário, a minha esposa é policial civil. Ela prestou concurso público, serve a este Estado e obviamente sabe dos riscos inerentes à sua atividade profissional. Ela sabe, está ciente, seus colegas também. Lamentavelmente, os índices de criminalidade não vêm arrefecendo de forma significativa, e os nossos oficiais da Brigada Militar, os nossos soldados, os policiais civis, os agentes da Susepe, todos eles tentam trabalhar nadando contra uma correnteza que vem a engoli-los, por conta do quê? Corrupção, corrupção, desvio de verbas públicas.

E a corrupção não se dá apenas nas esferas políticas, a Vereadora Marielle Franco era uma combatente ferrenha das milícias do Rio de Janeiro. Milícias essas que achacam os pequenos empresários, que achacam os populares, tomando deles dinheiro para lhes garantir uma suposta segurança que, infelizmente, o Estado não pode prover. Agem no submundo e, quando não recebem a quantia, espancam, maltratam e assassinam a população. Os milicianos são bandidos fortemente armados. E a Vereadora Marielle nunca se calou frente a eles, mais do que isso, a Vereadora, quando assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, foi uma das expoentes na luta pela concessão das pensões aos familiares de policiais assassinados em serviço. Ela encabeçava esse trabalho. Só que isso passa despercebido para aqueles que tentam rebaixar o trabalho tão digno que esta Vereadora fazia na cidade do Rio de Janeiro. Uma lutadora da periferia que superou todas as

expectativas e todos os índices que apontavam que o caminho para a população do subúrbio é permanecer lá, com subempregos, sendo pisoteados, massacrados e explorados. Levantou a sua voz e, por conta disso, pagou com sua vida.

Mas não calarão a voz de Marielle, porque ela reverbera em todos aqueles que, assim como eu, assim como nós, estão indignados e querem punição exemplar para esses criminosos. Esperamos que a nossa sociedade possa analisar esses fatos com clareza e usando da massa encefálica que está presente em nossas caixas cranianas, de cada um de nós. O ódio só gera mais ódio. Toda vida deve ser valorizada: a vida da periferia, a vida dos policiais, a vida dos agentes penitenciários, mas também a vida daqueles que estão encarcerados, porque nós queremos que criminosos sejam punidos conforme a lei, de forma rápida e digna, porque lutamos por um tratamento humano para seres humanos; apesar de eles terem cometido abominações, que paguem de acordo com a lei. É para isso que lutamos. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Ver.^a Mônica, nossa Presidente da Sessão; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara. A bancada do PTB tem uma posição muito clara em relação a este tema. O Estado moderno é justamente baseado, Ver. André Carús, no princípio da segurança. A sociedade moderna se organizou, os Estados modernos se organizaram na busca de segurança. Esta moção, que está diretamente ligada à questão da segurança, não pode ser relativizada ou tratada de forma ideológica.

Nós pedimos à bancada do PSOL, logo depois da manifestação do Ver. Reginaldo Pujol, que a moção de protesto pudesse ser convertida em uma moção de solidariedade. Eu não gosto de moção de protesto ou de repúdio. Eu prefiro ser a favor, solidário, na busca de resolução dos temas, e assim pensa a nossa bancada do PTB.

Acho que não é apropriado ideologizar o tema. Muitos Vereadores passaram por aqui antes da nossa manifestação. Com muitas nós concordamos; em relação a algumas nós temos alguns reparos. O certo é que, dentro de um conceito humanista, nós não podemos admitir que nenhum ser humano tenha a sua vida retirada da forma que a Vereadora Marielle, do Rio de Janeiro, teve a sua vida retirada. Ela não podia ter tido esse destino, nenhum cidadão merece esse destino! É lógico que a comoção tem um impacto maior porque se trata de uma parlamentar de uma Capital, de um Estado importante do País, uma parlamentar muito bem votada; é lógico que há uma comoção diferenciada em relação a essa brutal morte. Acho que fica muito melhor a readequação, mudando para moção de solidariedade à família e apoio às investigações.

É isso que nós precisamos, Ver. Reginaldo Pujol, o primeiro que falou aqui na seara de como pensa a bancada do PTB. Não pode ficar impune nenhum mandante, Ver. Felipe Camozzato, ninguém que realize crime desse tipo contra qualquer pessoa,

muito menos contra um parlamentar. Por quê? Parlamentar é mais importante? Não! Não é por isso. É porque, na figura do parlamentar, está a representação de uma parcela importante da sociedade. O Ver. José Freitas foi o primeiro que se manifestou no grupo de Vereadores em solidariedade à bancada do PSOL. Eu nem sabia do que se tratava, foi tarde da noite, quando eu vi a manifestação do Ver. Freitas, eu fui atrás para verificar o que havia acontecido. Não podemos, em função dos grandes problemas que enfrentamos na segurança pública, achar que existe, além da democracia, algum outro caminho que possa resolver os problemas da sociedade. Aqui foi falado de regimes pelo mundo afora, regimes ditatoriais, mas nós nunca vamos deixar de defender que mesmo a pior democracia – talvez possamos estar vivendo na pior das democracias – é melhor do que a melhor das ditaduras. Porque não há ditadura boa! Não existe ditadura boa, no nosso humilde conceito. A democracia nos propicia a correção dos erros, através do voto de quatro em quatro anos, de dois em dois anos, na verdade, porque as eleições não são conjugadas.

Então, a nossa solidariedade à família e a nossa exigência de que esse crime tenha o seu desdobramento, de que sejam encontrados os culpados; de que sejam colocados na cadeia não só os culpados desse crime, mas em relação a todos os crimes contra a vida que aconteçam neste País. Esse é o posicionamento da bancada do PTB. Muito obrigado e um grande abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Informo que a Mesa recebeu um Requerimento da Ver.^a Fernanda Melchionna solicitando a readequação do texto da proposição nos seguintes termos (Lê.): “Moção de solidariedade à família de Marielle Franco e Anderson Gomes, brutalmente assassinados no dia 14 de março de 2018, assim como a reivindicação de celeridade nas investigações para identificar os executores e mandantes deste covarde crime. Exigimos justiça. Sala das Sessões, 25 de abril de 2018. Vereadora Fernanda Melchionna”.

Inicialmente eu vou colocar em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando a readequação do texto do Requerimento nº 039/18; após, passaremos à votação do Requerimento nº 039/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Presidente, se nós aceitarmos a readequação, estaremos abrindo a possibilidade de depois aprovarmos a proposta nos termos contidos na readequação, correto?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Exatamente. Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 039/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** (Palmas.)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 052/18 – (Proc. nº 0637/18 – Ver^a Sofia Cavedon) – requer seja encaminhada Moção em solidariedade “aos artistas que lutam em defesa do registo profissional que está ameaçado pela Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 293, pleiteada pela Procuradoria Geral da República (PGR) e que questiona a obrigatoriedade de diploma ou de certificado de capacitação para registro profissional no Ministério do trabalho como condição para o exercício das profissões de artista e técnico em espetáculos de diversões”.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 052/18. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver.^a Mônica, eu saúdo o entendimento que construímos diante das nossas diferentes visões de mundo. Acho que é muito importante, espero que construamos, nesse sentido também, a defesa da profissão de artista. O Ver. Nedel me perguntava se eu tinha trazido vocês, e eu disse: “Não, vieram por sua própria conta”. O Sindicato dos Artistas tinha um ato hoje, na frente do STF, porque ia a julgamento no dia de amanhã, mas foi adiado pela mobilização, no Brasil inteiro, dos artistas, mas também, senhores e senhoras, do próprio Ministro da Cultura, que não apoia esse questionamento – eu li nas notícias dos jornais. Portanto é um tema que está acima, tenho certeza, das ideologias.

E é importante apenas um encaminhamento para colocar duas questões. Uma é que houve uma confusão no encaminhamento da Procuradora-Geral sobre o tema da livre manifestação artística e cultural, prevista na Constituição, que nós defendemos e que embasou a Lei do Artista de Rua, construída coletivamente e votada nesta Casa. E esse é um debate importante, porque essa confusão tem que ser desfeita. Uma questão é a livre manifestação cultural, artística, que aconteça nas cidades, em todos os possíveis de serem construídos para a fruição e produção da cultura. A outra é o registro profissional, o reconhecimento da profissão artista, que tem muitas implicações importantes, seja para um concurso público, para prover políticas públicas permanentes, seja para a previdência social, seja para a segurança da realização de eventos, do manuseio. O nosso Teatro Glênio Peres é fundamental, e os grupos, quando aqui se apresentam, têm que ter um técnico de som, de luz, por quê? Porque tem risco, porque é preciso segurança, é preciso bom manejo, habilidade específica, ter uma formação para tal.

Há avanços importantes que precisam acontecer em relação ao respeito do profissional músico, do profissional artista; por exemplo, quando há a realização de uma obra publicitária, que seja contratado um profissional da área. Quando nós queremos, de fato, construir políticas públicas permanentes, precisamos ter concursos públicos, nós

temos na educação para profissionais da área de artes. Todo o nosso currículo é exercido, aqui em Porto Alegre não se faz apenas com um prático, como se dizia antigamente, faz-se a partir de uma formação diplomada pelas universidades federais, pelos institutos federais, por cursos técnicos no caso da área técnica. Então, acabar com o registro profissional é dizer que essa área não existe enquanto área profissional, não exige uma formação técnica específica, é invisibilizar com toda a economia da cultura, que é uma economia fundamental, que constrói vidas, que constrói desenvolvimento, que constrói desenvolvimento econômico, cultural e social.

Então, nós consideramos que houve um equívoco no encaminhamento dessa Ação de Inconstitucionalidade, queremos somar esforços, queremos que a nossa Câmara, que não só já votou inúmeras leis, não só prevê no Orçamento, mas mantém uma ação direta... Uma não, são várias: nós temos o Sioma Breitman de fotografia, nós temos as exposições permanentes artísticas, temos um teatro aberto à comunidade e fomentado. Esta Câmara não só vota Orçamento e leis e valoriza a cultura, mas também realiza e respeita os artistas, valoriza e investe. Então, vamos nos manifestar, enquanto Câmara de Porto Alegre, defendendo a profissão artista. Parabéns pela luta de vocês, parabéns a nossa Casa, por dar o exemplo de que cultura não é algo superficial, de que seja possível não existir em nossas vidas. Cultura constrói a humanidade, constrói vida, constrói pertinência, constrói nação e constrói democracia especialmente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 052/18.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Ver.^a Sofia, não quero de forma alguma polarizar ou ideologizar esta moção, até porque é bastante direta e prática. Quero apenas justificar e esclarecer que eu tenho uma posição pessoal, sou contra a regulamentação de qualquer profissão, inclusive, da minha, acho que advogados poderiam ser – defendo que advogado não seja necessário nas ações judiciais – facultativos, não obrigatórios, embora, obviamente, a OAB discorde de mim. Nesse sentido vou votar contra a moção, não por qualquer despreço com a classe dos artistas, mas por uma posição clara minha de não favorecer qualquer regulamentação, porque acabam, ao longo do tempo, se tornando reservas de mercado e afastando profissionais do exercício. Claro que não à profissão de médico, Vereador, fique tranquilo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 052/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Eu quero encaminhar a moção da Ver.^a Sofia em nome da bancada do PSOL – do Ver. Prof. Alex

Fraga, do Ver. Roberto Robaina. Estive mais cedo no ato do SATED, em frente ao TRF4, porque acho que é muito importante – sei que vários Vereadores já se manifestaram a favor dos artistas – que, neste momento, a gente possa defender não só os direitos dos trabalhadores, mas também o direito da população a ter um profissional qualificado para as produções.

A Silvana, do SATED, que está aqui, deu um exemplo, mais cedo, sobre a questão da ausência de um profissional técnico responsável num caso gravíssimo, como o caso da Kiss. Um caso gravíssimo em que 247 jovens perderam a vida, mais os vitimados com problemas gravíssimos, que foram atendidos, mais as famílias, cuja luta por justiça ainda segue, infelizmente é uma luta árdua. É engraçado, porque as famílias foram criminalizadas, e, ao mesmo tempo, quem deveria ser responsabilizada por aquele evento cruel, por aquele bárbaro acontecimento, aquela tragédia, não foi, no caso, a própria Prefeitura, por liberar um alvará para uma casa que não tinha as mínimas condições. Ela falava que a presença de um técnico em produções lá poderia evitar que uma tragédia tão grande ocorresse.

Eu acho que, quando a gente pensa em profissões, a gente tem que pensar, além do direito dos trabalhadores, e vou entrar nele, também nos direitos da população. Imaginem se um médico não tivesse um registro profissional, o risco que seria? Imaginem mesmo um advogado que pegue uma causa de direito trabalhista e não saiba nada de direito trabalhista? Ele pode levar um cliente a perder os seus direitos no Judiciário. Eu acho muito grave que se tirem os direitos das profissões; acho que existe uma política neoliberal de flexibilizar direitos, e essa flexibilização é justamente na tentativa de pagar salários menores e de menos direitos para os trabalhadores.

Aconteceu no caso dos jornalistas, nós fomos solidários a eles na época, foi uma decisão do Supremo que flexibilizou...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Do Gilmar Mendes, corrige-me o Ver. Bosco, é do Supremo.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Exatamente. Fomos solidários à categoria dos jornalistas na época, da mesma forma que queremos ser solidários agora aos artistas. Parece-nos que é endereçado esse ataque aos artistas porque, felizmente, os artistas têm sido a ponta de lança da defesa dos direitos da população, dos direitos do povo como um todo. Falei mais cedo sobre a importância do Ocupa MinC e sobre a importância da ocupação de praças e parques com arte. Ontem, na Praça Júlio Mesquita, tive a oportunidade, às 10h da noite, de ver uma peça chamada Cidade Proibida, promovida pela Companhia Rústica, que faz a promoção da ocupação dos espaços da Cidade que poderiam estar vazios, ociosos, até colocando em risco a

população por falta de circulação de pessoas mesmo, com centenas de famílias, numa noite linda, vendo um espetáculo de teatro que discute o direito à cidade.

Eu acho que, infelizmente, essa ponta de lança dos artistas também faz com que essa lógica neoliberal ataque quem tem sido vanguarda na resistência a planos tão nefastos, que passam pela retirada de direitos dos trabalhadores na reforma trabalhista e também em debates mais graves de flexibilização de outras profissões. Quero encaminhar favoravelmente a moção, espero que a gente possa aprová-la na tarde de hoje, dar esse posicionamento, que é mais uma forma de a Câmara se posicionar de conjunto frente ao Supremo, mas é mais uma forma também de apoiar a mobilização de rua, da categoria, que deve seguir com força, com cada vez mais garra, para que os nossos trabalhadores tenham direitos, para que os nossos estudantes do DAD possam ter a sua profissão depois de formados, para que possam se formar. Aliás, já deixo aqui um salve ao DAD, que merece a reforma prometida há 500 mil anos pela Reitoria, mas que segue sendo desvalorizado, também nosso apoio à luta em defesa da ocupação cultural do Viaduto do Brooklyn. É necessário unificar as lutas. Na sexta-feira tem assembleia popular, é importante que os estudantes estejam juntos na luta em defesa desse outro espaço cultural. (Palmas)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 052/18.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Eu encaminho favoravelmente a emenda da Ver.^a Sofia, mas diferente do Ver. Ricardo Gomes. Vereador, vou me permitir fazer esta constatação. No encaminhamento da Ver.^a Sofia eu vi uma certa contradição, principalmente naquilo que diz respeito aos médicos, e na sua também. Eu acredito bastante na regulamentação de todas as profissões. Eu acho que nós temos que ter alguns critérios básicos e importantes para todas elas, inclusive para os médicos, o que não foi, Ver.^a Sofia, feito nestes últimos anos no País. Eu me refiro especialmente ao programa Mais Médicos, que trouxe médicos que burlaram completamente o sistema de revalidação de diplomas no País, e que, na verdade, são pessoas que não têm a formação adequada, em muitos casos são boas pessoas, mas não têm a formação adequada para atender de forma correta, ampla a nossa população. Então, eu quero dizer que voto favoravelmente à moção, mas quis ressaltar aqui a contradição tanto de um quanto de outro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro as presenças dos Vereadores Maurício José Vianna, Cezar Valmir Copetti e Vania Martins Albrecht, do Partido Progressista, da cidade de Bozano-RS. Sejam muito bem-vindos.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 052/18.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver.^a Mônica, eu me somo às manifestações do Ver. Ricardo Gomes. Realmente, o registro profissional não é uma coisa que, para mim, para aquilo que eu acredito, tenha esse sentido, essa importância, por isso não me sinto apto a votar uma moção de solidariedade como esta.

Aliás, eu aproveito para esclarecer: a questão dos registros em conselhos, em entidades de classe não é uma condição *sine qua non* para que o profissional seja um profissional capaz, habilitado e competente. O que o registro, de fato, faz é gerar uma seletividade no mercado, aí eu trago exemplos mais cotidianos para tentar ilustrar a questão: os engenheiros mecânicos e as oficinas mecânicas. Eu gostaria de perguntar aos colegas Vereadores quais de vocês levam os seus carros para fazer manutenção em oficinas onde a manutenção é feita por um engenheiro mecânico cadastrado no CREA. Isso, na verdade, é o que deveria ser feito à luz das intenções de uma moção como esta, porém a gente sabe que são muito poucos os engenheiros que estariam aptos a isso. Qual seria o custo disso? Quantas pessoas que têm condições técnicas de fazer a manutenção do carro ficariam fora do mercado por não estarem habilitadas, por não serem engenheiros? E olhem o risco de vida que existe na manutenção de um veículo, por exemplo, ao cortar o cabo do freio.

Chama atenção também um caso recente, que foi o debate sobre os jornalistas, de poder exercer a profissão de jornalista somente com o registro profissional, que eu também acho que não faz sentido. A gente tem uma série de pessoas que trabalham na área, que não são jornalistas de formação e fazem um excelente trabalho. E me chama atenção, inclusive, alguns jornais populares, escritos por pessoas carentes aqui no Município, que vendem nas sinaleiras da Cidade, e não necessariamente eles são jornalistas. Essas pessoas estariam impedidas de trabalhar seguindo a luz dessa intenção da moção. Eu faço até uma provocação. O conselho de economistas do Brasil não impediu a Dilma e o Mantega de quebrarem o País. Essa lógica de que isso implica aumento de qualidade, fiscalização do serviço, ela não se dá de forma correlata como parece sugerir. Eu gostaria que os artistas tivessem total liberdade para trabalhar, independente de serem vinculados a uma entidade que os credencie. Aliás, artista competente não precisa de ninguém para dizer que ele é um artista. Pergunto se a Anitta e outros tantos expoentes, artistas brasileiros precisam de um registro profissional. O que é diferente de um médico, Dr. Thiago, que passa por toda uma aprovação de suas competências técnicas desde a faculdade. Acho que foi muito feliz ao trazer a questão dos médicos cubanos, quando não houve a intenção do PT em validar o diploma desses médicos, mas que agora tem intenção de verificar registro profissional para execução dos artistas. Eu fico perguntando quantas vidas estavam sob risco no caso dos médicos cubanos e quantas vidas estão sob risco no caso de um artista que não é qualificado para fazer uma peça de teatro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 052/18.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e a todas. Por algum tempo, achei que essa ideia de tentar capitalizar parte da sociedade com esse argumento liberal, Ver. Prof. Alex, era feito por acreditar mesmo, por convicção. Depois comecei a entender, Ver. Felipe Camozzato, que trouxe essa ideia, e o Ver. Ricardo Gomes... Como se as ideias liberais fossem contrárias às ideias pregadas pelo PT, pelo PSOL, por partidos de esquerda. Vejam o que é um artista: é um sujeito que justamente questiona um sistema através da sua arte, portanto um viés liberal extremo de questionamento ao sistema, ao sistema político, a qualquer sistema opressor. É como os direitos humanos, que nasceram com conteúdo liberal. Portanto, não há um monopólio da direita com relação aos direitos liberais – não sei se consigo me fazer entender. Ou seja, ser liberal ou ser de esquerda, por exemplo, não é uma contradição; inclusive há um partido chamado PSOL – liberdade e socialismo –, porque se pressupõe liberdade desde que haja igualdade.

Isso é apenas uma introdução para dizer, sem ser proposital, que algumas falas pareciam dizer que os artistas vieram aqui para fazer uma reserva de mercado. Ou seja, está um sujeito ali na rua, fazendo uma apresentação de malabares, e um deles, que está aqui, ou o próprio sindicato iria lá e diria: “Para tudo, quero ver o teu diploma”. Ora, é justamente o contrário disso; o que se quer aqui é manter o reconhecimento da parte do Estado de que realmente é uma profissão e, talvez, em alguns casos – a Ver.^a Sofia citou concursos públicos –, é importante um profissional capacitado, com formação técnica para orientar outros, para formação, não para inibir e nem fazer reserva de mercado dessa profissão. Não sei se há uma confusão proposital ou não, alguém falou aqui em registro profissional. Se o sujeito quer fazer uma manifestação artística tem que pedir autorização se pode ou não?

Trouxe-se aqui o caso dos jornalistas; da mesma forma, é importante que tenha uma pessoa com formação em jornalismo. Eu discordo dessa decisão do STF, realmente não tinha por que não continuar reconhecendo o diploma de jornalista – não é o tema aqui, estou fazendo só uma analogia com a questão dos artistas. Não havia motivo para não reconhecer que há necessidade muitas vezes de um profissional formado, que, inclusive, se responsabiliza por aquilo que está publicado ali naquele material, naquele jornal, ou nos informativos de um parlamentar. Isso é diferente de querer impedir que alguém escreva um artigo para um jornal, por exemplo. Eu não vi nenhum jornalista se levantando contra alguém que queira fazer uma manifestação, Bosco, num jornal. Pode até ser um articulista, um colunista de um jornal que não tenha um diploma. Isso é uma coisa, outra coisa é ter o reconhecimento do Estado em relação àqueles que fizeram uma formação técnica específica.

E isso vale para os artistas. O que se quer buscar aqui é a manutenção de algo que se conquistou com leis de 40 anos atrás, ocasião em que houve uma luta para o reconhecimento dessa profissão. É disso que nós estamos falando. É quase uma contradição alguém que vem falar dos artistas e reserva de mercado. Não cabe. Eu

nunca vi um artista querendo proibir a manifestação de outro artista. (Palmas.) Eu me lembro aqui do governo anterior, da tal minuta do Executivo, que nunca apareceu, uma minuta que queria proibir as manifestações de rua, e, agora, o Prefeito Marchezan quer cobrar pela utilização do espaço público. Enfim, são ataques de todos os lados.

Então, fica a nossa solidariedade, e não vejo motivo, a não ser por um entendimento diferente e equivocados, para não aprovar esta moção, para afirmar o reconhecimento do Estado em relação às pessoas que exercem profissionalmente essa atividade. Parabéns. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 052/18.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas Vereadores, eu vou votar pela liberdade. Lamento muito uma visão tão restrita que foi dada aqui nesta tribuna sobre a arte. A arte é a busca da beleza, ela tem um fim. Aliás, a palavra arte vem do latim *ars*, que é a tradução da palavra grega *tékne*, que significa técnica, daí o termo artesão, que é aquele que tem uma técnica. Então, é lamentável que se restrinja arte única e exclusivamente como forma de protesto. A arte pode ser exatamente o contrário, Ver. Felipe Camozzato; ela pode ser usada para fazer uma apologia, para fazer um elogio, nem sempre para fazer um protesto. Então isso mostra um viés estranho nesta moção aqui, que é uma moção contra uma ação de descumprimento de preceito fundamental que vai ser julgada no STF, e eu estou dizendo ao STF como ele tem que julgar a Constituição! Não existe coisa mais livre do que a arte! Mas querem colocar agora numa ampola de um registro profissional? Eu nunca ouvi uma aberração tão grande na minha vida como essa! Eu nunca ouvi uma estultícia, um negócio tão absurdo como esse! Para o cara ser artista agora, tem que ter registro profissional! É algo, Ver. Ricardo Gomes, que me causa espécie, causa-me uma perplexão. E tem artista que defende isso! Quer dizer, que tipo de arte é essa? Qual o sentido dessa arte?

Então, Presidente, eu só vim aqui registrar minha perplexão diante dessa proposta que é contra a liberdade e a livre criação! É contra a criatividade, contra o espírito humano! É contra a própria arte. Arte é liberdade. Imaginem, registro profissional para artista. Votarei contra! Encaminho meu voto contra. Isso é uma aberração, isso não é uma proposta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o Requerimento nº 052/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 024/18 – (Proc. nº 0255/18 – Mesa Diretora) – requer a realização de Sessão Solene no dia 08 de maio, às 15 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 100 anos do Dia das Mães e dos 117 anos da Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul (ACM-RS).

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 024/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Cinco Vereadores presentes. Não há quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h54min.)

* * * * *